



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 019

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE MARÇO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Pedro Ivo*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Douglas Fabrício*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 16: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 019

20ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva

Presenças

Abertura da Sessão

Expediente:

Mensagens

Ofícios.....

Indicações

Requerimentos

Projetos de Lei

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati

Dep. Mauro Moraes

Dep. Nereu Moura

Dep. Tadeu Veneri.....

Grande Expediente:

Dep. Stephanes Júnior

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati

Liderança do PMDB

Dep. Nereu Moura.....

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício.....

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Wilson Quinteiro.....

Liderança do PT

Dep. Elton Welter

Liderança do Governo

Dep. Luiz Eduardo Cheida

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente

Discussão/Votação

Redação Final

3ª Discussão

2ª Discussão

1ª Discussão

Requerimentos.....

Explicações Pessoais:

Dep. Marcelo Rangel.....

Dep. Jocelito Canto

Encerramento da Sessão

Publicações Administrativas:

Procuradoria Geral

Pareceres

Diretoria de Apoio Técnico

Minuta de Contrato

DIÁRIO Nº 019

20ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 20ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2010

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse,

Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Artagão Júnior, Beti Pavin, Dobrandino da Silva, Fábio Camargo e Teruo Kato (05).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Luiz Accorsi (01).

Em licença médica

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 019/10

Curitiba, em 10/03/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que institui o Programa Universidade sem Fronteiras.

JUSTIFICATIVA:

As muitas e aceleradas transformações por que passaram o Brasil e o mundo nos últimos anos colocam a necessidade de se repensar o papel do ensino superior, da Ciência, da Tecnologia e da Inovação no contexto contemporâneo. Para tanto, é interessante observar o conceito de sociedade do conhecimento que pressupõe dentre as funções da Economia a disseminação do Conhecimento, da Ciência e da Tecnologia nos processos produtivos e na sociedade.

Nesse sentido, as instituições ensino superior devem assumir compromissos com a construção de conhecimento e com a promoção de competência técnica para o desenvolvimento econômico e social das regiões em que estão inseridas. Assim, para produzir Ciência, Tecnologia e Inovação visando o desenvolvimento econômico e social local e no âmbito da integração regional é importante promover:

- Políticas que apoiem o ingresso, a formação acadêmica e a produção de conhecimento em áreas prioritárias e estratégicas da região;

- Avanço na organização de redes e associações de pesquisa cooperativa interdisciplinar e interinstitucional, que permitam potencializar os esforços existentes;

- Modelos acadêmicos que permitam maior mobilidade estudantil e docente, superando modalidades tradicionais ou convencionais de cooperação assimétricas e unilaterais, promovendo a formação de pesquisadores e a produção de conhecimento com base em uma agenda comum sobre temas prioritários para a região;

- Modelos inovadores de produção em Ciência, Tecnologia e Inovação, gerando uma cultura institucional favorável às Tecnologias Sociais e que viabilizem uma agenda de pesquisa e de formação de recursos humanos atenta e coerente com a inserção social, a economia solidária, com os atores sociais excluídos;

- Inovações nos modelos de formação e nas arquiteturas dos cursos de graduação propiciando novos padrões para atendimento às demandas sociais, produtivas e ambientais;

- Maiores vínculos com as redes públicas de ensino das regiões onde estão inseridas as IEES, atendendo às demandas específicas de formação por área ou por campo de conhecimento;

- Maiores vínculos com as empresas das regiões onde estão inseridas, visando a geração e a transferência de conhecimentos dirigidos a soluções de problemas específicos voltados aos interesses locais, seguindo prioridades apontadas pela própria comunidade local.

Considerando estes princípios da Sociedade do Conhecimento, se estabeleceu no Paraná ações de estímulo à descentralização do desenvolvimento econômico e social como mecanismo de diminuição das desigualdades regionais e desenvolvimento sustentado. O campo de atuação e comprometimento que as Instituições Públicas de ensino superior e os Institutos de Pesquisa tem pela frente é desafiador. Nesse sentido, a prática da extensão, redimensionada, que sempre foi relegada aos planos institucionais e financeiros menores, possibilita um campo privilegiado de atuação e sistematização do conhecimento para a superação das desigualdades existentes.

Ao longo de sua história, essas instituições sempre enfrentaram dificuldades de articulação com as localidades às quais fazem parte. A inexistência de mecanismos sistematizados de integração e interlocução abriu verdadeiros abismos entre as instituições públicas de ensino superior e as pessoas que mais precisam delas.

O Governo do Paraná nestes anos buscou, portanto, instituir programas respeitando as votações regionais com foco nas vulnerabilidades e oportunidades de desenvolvimento buscando a melhoria das condições de vidas das populações focadas na descentralização da Ciência, Tecnologia em níveis diferenciados e regiões de baixos IDHs, relacionando temas de grande envergadura social, científica e tecnológica, com potencial para envolver várias áreas da Ciência e Tecnologia e para contribuir, de forma direta, tanto para a solução de problemas relevantes, como abertura de novas oportunidades de desenvolvimento.

Nos organismos internacionais existe grande concordância sobre a importância da inovação tecnológica para o desenvolvimento humano. A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece explicitamente essa importância em seus relatórios de Desenvolvimento Humano em que destaca que as novas tecnologias podem desempenhar papel central na redução da pobreza mundial e refuta o ponto de vista de que tecnologia é um luxo acessível apenas aos Países ricos.

É com estas concepções que a proposta é ora apresentada para instituir o Programa Universidade Sem Fronteiras.

Programa Universidade Sem Fronteiras

O Programa Universidade Sem Fronteiras, da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e ensino superior, articulando as dimensões econômicas e sociais, sendo executado desde 2007, constituindo-se numa política de extensão para as Instituições de ensino superior do Estado do Paraná, priorizando o financiamento de áreas estratégicas para o desenvolvimento das populações socialmente vulneráveis, que moram nas periferias das grandes Cidades paranaenses e nos Municípios que apresentem indicadores sociais baseados em IDH-M (Índices de Desenvolvimento Humano Municipal) insatisfatório, identificados pelo IPARDES.

A inclusão dessas comunidades em situação de vulnerabilidade social ao processo de crescimento e desenvolvimento econômico e social o Paraná, passa pelo desenvolvimento local dessas regiões e populações. Para tanto as políticas públicas atuais, orientadas, enfrentam cada vez mais de perto essas questões.

O Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras é uma resposta a esse desafio. Seus objetivos são voltados ao desenvolvimento dessas localidades menos favorecidas.

Atualmente, o Programa Universidade Sem Fronteiras, elaborado e desenvolvido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e ensino superior do Paraná, é em investimento financeiro e capital humano a maior ação de extensão universitária em curso no Brasil. Desde outubro de 2007, equipes multidisciplinares compostas por educadores, profissionais recém-formados e estudantes das universidades e faculdades públicas do Estado do Paraná, trabalham em 610 projetos, compostos presentes hoje, em mais de 200 Municípios do Estado.

Entendendo que as políticas públicas quando realizadas de forma integrada aumentam seu impacto e alcance, as propostas e ações dos projetos em andamento foram divididas em 08 subprogramas, coordenados sob uma perspectiva integradora com pontos de conexão entre si. São eles:

- Incubadora dos Direitos Sociais;
- Apoio às Licenciaturas;
- Apoio à Agricultura Familiar;
- Apoio à Produção Agroecológica Familiar;
- Apoio à Pecuária Leiteira;
- Diálogos Culturais;
- Ações de Apoio à Saúde e
- Extensão Tecnológica Empresarial.

Assim, a geração de emprego e renda, a educação, a dimensão cultural, a saúde e a efetividades dos direitos sociais são trabalhadas de forma integrada, provocando mudanças tanto no interior das instituições participantes e nas respectivas localidades de trabalho dos projetos, como também na formação de nossos profissionais e na relação de nossas instituições de ensino superior com as comunidades nas quais serão inseridas.

A Incubadora dos Direitos Sociais é hoje uma experiência de vanguarda na extensão universitária. Ela soma projetos comprometidos em disseminar, esclarecer e aplicar, no dia a dia das populações em situação de vulnerabilidade social, a legislação brasileira pertinente, considerada textualmente avançada em muitos pontos, porém com limitações quanto ao seu acesso a aplicação. Em parceria com a sociedade civil organizada e suas representações, as equipes desses projetos trabalham na linha de frente das questões e problemas, relacionados ao combate à exploração sexual infanto-juvenil, à violência contra as mulheres, ao consumo ilícito ou abusivo das drogas, à prevenção do trabalho infantil, ao monitoramento das penas alternativas e ao combate contra a invisibilidade social a que estão submetidos os povos tradicionais do território paranaense (indígenas, quilombolas, faxinalenses e etc.)

Com os projetos de Apoio à Agricultura Familiar, Apoio à Produção Agroecológica Familiar e Apoio à Pecuária Leiteira foi possível a inserção de mais de 300 profissionais recém-formados e 200 estudantes de graduação no cotidiano dos pequenos agricultores do Paraná. As ações para a geração de renda e ocupação no meio rural através de processos sustentáveis, que incentivam o uso de sistemas de produção baseados nos princípios da agroecologia, tendo no horizonte, sempre, processos participativos, que estimulam a organização e o protagonismo dos agricultores nas ações, está provocando importantes mudanças na formação humana dos profissionais participantes bem como a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

Os projetos de apoio aos cursos que estão formando nossos futuros professores - cursos de licenciatura - através

do subprograma Apoio às Licenciaturas estão promovendo a interação e o aprofundamento das relações entre a educação básica e o ensino superior público, bem como o enfrentamento, em parceria com os educadores em mais de 200 escolas municipais ou estaduais, das questões que interferem na relação ensino/aprendizagem. Através de uma abordagem prática dos temas que compõem os conteúdos das diversas disciplinas, essa parceria vem reconstruindo a relação do ensino público com as pessoas que dão sentido a existência do mesmo.

O Extensão Tecnológica Empresarial, conta com um orçamento de R\$ 6 milhões para enfrentar mais um desafio proposto: a partir das inovações tecnológicas sociais e/ou empresariais, possibilitadas pelo encontro entre os conhecimentos científicos e o populares, ampliar esses conhecimentos e disseminá-los aos diversos grupos sociais e seus respectivos micro e pequenos empreendimentos, cooperativados ou associativistas, contribuindo para a aplicação sustentável dessas propostas no intuito de através de soluções efetivas de transformação sócio-econômica, mudar a vida das pessoas.

Com base no princípio de que as IES devem contribuir para a efetivação de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento social co-relacionado à dimensão cultural, seja no plano local, regional, nacional ou internacional, que tenham como foco exercer efeito direto junto às expressões culturais de indivíduos, grupos ou sociedades, incluindo a criação, produção, difusão e distribuição de atividades, bens e serviços culturais, e acesso aos mesmos, o subprograma Diálogos Culturais, fomenta projetos de extensão orientados para atividades que reconheçam e trabalhem a diversidade das expressões artísticas articuladas aos demais campos do conhecimento junto a grupos ou comunidades que encontram-se ainda na invisibilidade, silenciadas por pressões econômicas, fundiárias, processos discriminatórios e excluídas socialmente, identificando, documentando e difundindo os saberes e modos de fazer, as formas de expressão, as celebrações e os lugares que constituem todas as dimensões do patrimônio cultural brasileiro. Com o objetivo de democratizar o acesso e promover o uso sustentável desse patrimônio para as gerações futuras e para a melhoria das condições de vida de seus produtores e detentores.

O subprograma Ações de Apoio à Saúde destina-se a financiar projetos de equipes multidisciplinares orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão com ações para enfrentar os problemas sociais que incidem sobre a saúde das populações, de forma intersetorial e interdisciplinar. Fomentando projetos de extensão orientados à integralidade da atenção, à garantia de acesso aos serviços de saúde e ao desenvolvimento de ações que vise a promoção da saúde (de acordo com as diretrizes definidas pelo Pacto pela Saúde, que engloba o Pacto pela Vida, em defesa do SUS e o pacto de gestão). Organizando e fortalecendo os setores populares,

governamentais e da sociedade civil, bem como a relação participativa da comunidade com o serviço de saúde. Além de disseminar à comunidade as tecnologias desenvolvidas nas instituições de ensino e pesquisa que promovam a melhoria das condições higiênico-sanitárias da população.

Este conjunto de ações e iniciativas possibilitou que o Sistema de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná se integrasse na realidade regional. Neste momento, visando a continuidade deste processo, propõe-se mecanismos que possibilitem que tais iniciativas se constituam em políticas de Estado, consolidando e dando perspectivas de longo prazo para a continuidade de tais avanços.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica instituído o Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras, que tem como objetivo executar uma política de extensão nas instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos que praticam a disseminação de conhecimentos via projetos de extensão, priorizando o financiamento de áreas estratégicas para o desenvolvimento social de populações vulneráveis.

Art. 2º O Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras deverá ser implementado segundo critérios definidos pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, utilizando, preferencialmente, aqueles que privilegiem os Municípios com indicadores sociais caracterizados por baixos IDH-M, bem como os bolsões de pobreza nas periferias das Cidades paranaenses.

Art. 3º As ações do Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras visarão o desenvolvimento da pesquisa, da capacitação e da produção tecnológica voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população paranaense, através do fortalecimento e da constante modernização do sistema produtivo estadual.

Art. 4º O programa visa contribuir com o cumprimento da função social das Instituições de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior do Paraná por meio de parcerias com a sociedade civil organizada.

Art. 5º O Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras será lançado anualmente pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI e suas despesas serão custeadas com recursos do Fundo Paraná e SETI, da seguinte forma:

I - 10% (dez por cento) dos recursos referentes aos projetos estratégicos do Fundo Paraná, estabelecidos pelo artigo 5º, III da Lei nº 12020, de 1998;

II - idêntico valor monetário em recursos do orçamento SETI, a ser incluído anualmente na Lei Orçamentária.

Art. 6º Caberá a SETI indicar as linhas de atuação do Programa Extensão Universidade Sem Fronteiras, por meio de subprogramas, lançando o competente edital de seleção, indicando o número de projetos a serem aprovados, os valores de cada projeto para a concessão de bolsas e despesas necessárias ao desenvolvimento do projeto.

Art. 7º Para execução dos projetos poderão ser concedidas as seguintes modalidades de bolsas de estudos:

I - Bolsa Orientação, a professores vinculados ao ensino superior ou pesquisadores vinculados aos institutos de pesquisa;

II - Bolsa a profissionais recém-formados, que tenham concluído sua graduação há no máximo 03 anos à época da seleção;

III - Bolsa para estudantes de graduação, a estudantes regularmente matriculados nos cursos das instituições de ensino superior do Paraná.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 021/10

Curitiba, em 10/03/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP, fica autorizada a prestar apoio técnico, administrativo e financeiro, através de recursos humanos, materiais, financeiros e estrutura física para a consecução das finalidades do Conselho Estadual de Assistência Social, do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso e do Conselho Estadual do Trabalho, vinculados na estrutura da referida Pasta.

Importante salientar que os conselhos compostos por membros do Poder Público e da sociedade civil, marcam um novo tempo na administração pública, visto que todos desempenham relevante função pública e social.

Todavia, se faz necessário constar na lei os recursos que serão destinados ao atendimento de tais conselhos, para não se perder de vista o Princípio da Legalidade, um dos pilares do Estado Democrático de Direito.

Sendo assim, a previsão das despesas com a presente medida é a seguinte:

Previsão de despesa com Conselheiros - Conselho do Idoso (24 Conselheiros), Conselho Estadual da Assistência Social (30 Conselheiros) e Conselho Segurança Alimentar (41 Conselheiros)

Hospedagem	R\$ 41.000,00
Passagens Terrestres	R\$ 59.000,00
Táxi	R\$ 4.200,00
Total/Ano	R\$ 104.200,00

Despesas com o Conselho Estadual do Trabalho, não estão inclusas, porque vem sendo custeadas pelo Ministério do Trabalho.

Despesas delegados indicados nas conferências estaduais (para representar o Estado junto as Conferências Nacionais). As Conferências são realizadas a cada 02 (dois) anos.

Delegados eleitos na Conferência Estadual de Assistência Social.

36 delegados governamentais e 36 delegados não governamentais.

Hospedagem	R\$ 13.000,00
Alimentação	R\$ 6.000,00
Passagens Aéreas Curitiba/Brasília - Governamentais	R\$ 40.000,00
Translado em Brasília	R\$ 1.200,00
Total/Ano	R\$ 60.200,00

Delegados Conferência Estadual do Idoso - 30 delegados

Hospedagem	R\$ 11.000,00
Alimentação	R\$ 4.000,00
Passagens Aéreas Curitiba/Brasília	R\$ 34.000,00
Translado em Brasília	R\$ 900,00
Total/Ano	R\$ 49.900,00

Não há previsão de despesas com relação a política de segurança alimentar e nutricional, porque trata-se de política que está sendo implantada e ainda não ocorreu 1ª Conferência, que definirá números de delegados que serão indicados para representar o Estado do Paraná na Conferência Nacional.

As regras para a realização da Conferência, bem como definição de números de representantes por Estado, é definida pelo Conselho Nacional.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO - Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção autorizada a prestar apoio técnico, administrativo e financeiro, através de recursos humanos, materiais, financeiros e estrutura física para a consecução das finalidades do Conselho Estadual de Assistência Social, do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso e do Conselho Estadual do Trabalho, vinculados na sua estrutura.

§ 1º Os Conselheiros, vinculados aos conselhos descritos no *caput* deste artigo, terão o custeio das seguintes despesas:

I - despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação, para atender convocação para reuniões mensais ordinárias e extraordinárias;

II - despesas para participar das Conferências Estaduais e Nacionais.

§ 2º Quando se tratar de viagens para outro tipo de convocação, que não seja para as reuniões mensais, também poderão ser custeadas, porém, os pedidos deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes do deslocamento, para a competente análise e deliberação do titular da Pasta.

§ 3º Os pedidos que não forem remetidos nos termos do parágrafo anterior, estarão sujeitos a devolução à origem, sem manifestação do mérito, por intempestividade.

Art. 2º A Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, poderá autorizar a participação dos delegados eleitos nas Conferências de nível Estadual, para representar o Estado do Paraná, nas Conferências Nacionais, aplicando-se também aos Delegados, o disposto no inciso I, do parágrafo 1º do artigo 1º desta lei.

Art. 3º Esta lei será regulamentada, por decreto, pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o artigo 7º, da Lei nº 11863, de 23/10/97.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o nº CEE/CC 683/10, do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, encaminhando cópia do Ofício CEE/CC 395/10, assim como do despacho do Sr.

Governador publicado no DIOE nº 8170, de 02/03/10, aprovando as conclusões da Comissão Especial de Anistia, criada pelo Decreto nº 5208/2009, para analisar e deliberar os pedidos de concessão dos servidores públicos e empregados da Administração Pública Estadual que, no período entre 01/01/83 e 31/12/90, tenham sido despedidos, dispensados, demitidos ou exonerados por motivação política, nas hipóteses previstas na lei. **Ao Conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 030/10

Curitiba, em 15/03/10.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária do dia 15/03/10 - hoje - por estar em viagem ao Noroeste do Estado, visitando minhas bases eleitorais e, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 15/03/10.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, comunica sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 08, 09, 10 e 11 de março do corrente ano, por motivos de repouso médico, conforme atestado em anexo.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

Cordialmente,

(a) JONAS GUIMARÃES

Indicações

INDICAÇÃO Nº 034/10

SÚMULA:

Sugere a liberação de Patrulha Rural para atender as estradas rurais no Município de Ortigueira.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

O Deputado Plauto Miró Guimarães Filho dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1. Que seja viabilizado a liberação de Patrulha Rural do DER - Departamento de Estradas de Rodagem para atender as estradas rurais no Município de Ortigueira.

2. A apresentação da presente indicação que objetiva atender inúmeras solicitações dos agricultores, para melhorar na qualidade de vida e desenvolvimento da sociedade no Município de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

INDICAÇÃO Nº 035/10

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Educação a construção de nova unidade escolar no bairro Jardim Boa Vista no Município de Campo Magro.

O Deputado Edson Luiz Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER seja proposto ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião e à Exma. Sra. Secretária de Estado da Educação, Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de nova unidade escolar a nível de ensino fundamental e médio no bairro Jardim Boa Vista no Município de Campo Magro

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal solicitação, devido ao aumento na demanda de alunos na região e ao crescimento demográfico em consequência ds novas moradas entregues pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, no bairro Jardim Boa Vista, considerado um dos locais mais valorizados do Município de Campo Magro, devido estar próximo à posto de saúde, escolas, mercado e de fácil ao transporte coletivo.

Atualmente o colégio que atende a comunidade local é o Colégio Estadual Jardim Boa Vista, que já tem uma demanda excedida, aproximadamente 1 mil alunos.

Por essa razão, consideramos nosso pleito legítimo e justo, para garantir educação a todos, proporcionando segurança e qualidade no ensino.

INDICAÇÃO Nº 036/10

SÚMULA:

Propõe construção de salas de aula emergenciais no Colégio Estadual Nicolau Hampf do Município de Castro.

Ao Exmo. Sr. Luciano Pereira Mewes, Superintendente do Desenvolvimento Educacional (SUDE) da Secretaria de Estado da Educação.

O Deputado Estadual Péricles de Mello reivindica o seguinte:

1. Construção de salas de aula emergenciais nas dependências do Colégio Estadual Nicolau Hampf do Município de Castro, elencadas sob o Protocolo 7.237.054-6, aguardando o parecer desta Superintendência.

2. A indicação justifica-se pela urgência da necessidade e execução da obra de responsabilidade do Estado em atender necessidades que são básicas no colégio. A construção de mais salas de aula vai interferir diretamente na qualidade do ensino com os alunos instalados

de forma adequada. Conforme o protocolo, a solicitação encontra-se pendente desde 2008, por isso é importante que se faça uma análise do pedido para que a comunidade escolar tenha expectativa de que as salas sejam construídas ainda este ano.

A preocupação com a segurança e bem-estar dos alunos é fundamental para o colégio, por isso peço atenção especial dessa Superintendência para avaliar a emergência dessa indicação.

Na oportunidade renovo propósitos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) PÉRICLES DE MELLO

INDICAÇÃO Nº 037/10

SÚMULA:

Propõe reforma, reparos e cobertura de quadra poliesportiva do Colégio Estradual D. Alberto Gonçalves do Município de Palmeira.

Ao Exmo. Sr. Luciano Pereira Mewes, Superintendente do Desenvolvimento Educacional (SUDE) da Secretaria de Estado da Educação.

O Deputado Estadual Péricles de Mello reivindica o seguinte:

1. Realização de reparos emergenciais no piso de quadra poliesportiva do Colégio Estradual D. Alberto Gonçalves do Município de Palmeira

2. Cobertura da outra quadra poliesportiva no mesmo colégio, também utilizada para a prática de educação física.

3. A indicação justifica-se pela urgência da necessidade e execução dessas obras de responsabilidade do Estado em atender necessidades que são básicas no colégio. De acordo com ofício encaminhado ao meu gabinete parlamentar, a direção da escola relata a precariedade que se encontram as quadras de esportes, prejudicando as atividades dos alunos. Segundo a direção, o colégio conta, neste ano, com 1 mil 418 alunos matriculados, distribuídos em 46 turmas. As quadras são utilizadas simultaneamente para atender todas as turmas. A direção relata que o piso de uma das quadras está muito danificado, causando acidentes durante as aulas e afetando o plano de aulas dos professores. A direção pede que a outra quadra também precisa de cobertura, pois em dias de chuva, não há como atender a todos os alunos, já que o piso fica escorregadio, inviabilizando o uso do espaço.

A preocupação com a segurança e bem-estar dos alunos é fundamental para o colégio, por isso peço atenção especial dessa Superintendência para avaliar a emergência dessa indicação.

Na oportunidade renovo propósitos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 569

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja concedida a devida autorização da Mesa Executiva para a realização de uma Sessão Solene desta Assembleia Legislativa, para que seja entregue o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Saburo Sugisawa.

Nossa proposição - devidamente aprovada pelo Plenário desta Casa - foi sancionada e transformada na Lei Estadual nº 16234, do dia 23/09/09.

O local pretendido para a Sessão supra solicitada era o plenarinho, porém, devido ao grande número de confirmações de presença pelo expressivo nome do homenageado, chegamos a conclusão que será praticamente impossível realizá-la no local, primeiramente solicitado, razões pelas quais estamos solicitando à Mesa Executiva a autorização para utilização do grande plenário, uma vez que o horário escolhido das 18 horas, não prejudicará o andamento da Sessão Ordinária desse dia.

Requer, ainda, seja cientificado o Cerimonial desta Casa, para que possa tomar as providências cabíveis e inclusive se for possível convidar o Coral Paraná, para apresentação do Hino Nacional Brasileiro e o Hino do Estado do Paraná, para apresentação do Hino Brasileiro e o Hino do Estado do Paraná, bem como a utilização do Salão Nobre para a recepção das autoridades e do homenageado.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO N° 550

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento de Alex Cristiano Wagner, e o encaminhamento de Ofício aos seus familiares como forma de expressar nossos sentimentos.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

Alex Cristiano Wagner faleceu prematuramente vítima de acidente de carro no Sudoeste do Paraná, no dia 14/03/10. Casado, pai de um filho, servidor público da Prefeitura de Santo Antônio do Sudoeste/PR e ligado ao setor desportivo, era conhecido por sua seriedade e dedicação, além de ser bom esposo, bom pai e bom filho. A perda de Alex comoveu a todos que o conheciam, gerando profundo pesar em toda a comunidade. Por este motivo contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 551

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do General Arnaldo dos Santos, ocorrido dia 11 de março do ano corrente, salientamos que prestou relevantes serviços à comunidade.

Requer outrossim, que após decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO N° 555

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o registro de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Genecir José Miranda.

Requer, outrossim, envio de votos de condolências à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 556

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o registro de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Paulo Ricardo Amorim da Silva.

Requer, outrossim, envio de votos de condolências à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 558

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Laura Pacheco Bastos, ocorrido no dia 03/03/10, no Município de Guarapuava/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de seu filho, o Sr. Norton Pacheco Bastos, enviando correspondência.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Assim como existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Queiramos ou não, esta data é inevitável. Sabemos que dói o coração. Sabemos também que o tempo é melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Pai Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza. De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações.

É impossível definir em poucas palavras a forma de ser da Sra. Laura Pacheco Bastos, que foi um exemplo claro de um vida dedicada ao trabalho e à família.

Professora durante 40 anos, muito se esforçou para dotar o Município de um bom nível de ensino. Mulher de visão, deixou uma marca que jamais se apagará da memória de todos que com ela tiveram o privilégio de conviver. Tinha posições firmes, jamais abria a mão de lutar por aquilo que achava justo e correto.

No âmbito familiar, como esposa, sempre foi companheira, leal e amiga. Casada com o Sr. Manoel Romeo L. Bastos (*in memória*), juntos construíram uma história e souberam cativar simpatia e respeito de todos. Como mãe, criou com muito esmero e disciplina seus três filhos: Norton, Cândido e Laura. Como avó, participou de forma presente da criação de seus netos, bisnetos e tataranetos.

Os familiares e amigos terão imensa responsabilidade em manter vivo os legados deixados pela falecida. O Município perdeu uma verdadeira mestra. A sua morte deixa uma lacuna que será sentida por todas as pessoas.

Todavia, é necessário partir de pressuposto de que Deus, na sua inesgotável bondade e sabedoria é justo e sabe o que faz, por isso resta-nos neste instante de profundo sofrimento, dor e tristeza para família, amigos e conhecidos, rogar ao Pai supremo que acolha esta filha, reservando-lhe um local junto à morada eterna.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO N° 559

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Nilo Humberto Fernandes Pupo, ocorrido no dia 04/03/10, no Município de Guarapuava/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Laura Maria Bastos Pupo, enviando correspondência.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O que vale não é o tempo que passamos ao lado de quem amamos, mas a qualidade deste tempo compartilhado. A vida não é feita pela quantidade de minutos, de meses ou de anos. A vida, este dom de Deus, vale pela maneira intensa como cada instante é vivenciado e experienciado.

O falecimento do Sr. Nilo Humberto Fernandes Pupo abre uma lacuna que com certeza jamais será preenchida. Ficará o seu legado, que os seus amigos e principalmente seus familiares haverão de dar sequência.

Amigo de todos, pessoa de fácil relacionamento, era bem quisto pela população. Honesto, cumpria com fervor os seus compromissos e por isso mesmo possuía grande credibilidade. Excelente pai, um marido exemplar e um avô presente, Nilo foi um exemplo magnífico de como se conduz uma família.

Sem dúvida, deixa saudade nos corações de todos que um dia puderam compartilhar da sua amizade. Assim como todos, também estou profundamente sensibilizado com a sua partida.

Mas a nossa fé cristã os dá a força para a continuidade da nossa jornada. E é esta mesma fé que nos dá também a certeza de que o Sr. Nilo está ao lado de Deus, na morada eterna. De lá, ele está olhando com muito amor para cada um daqueles que um dia ele amou e continua amando.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO N° 563

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Messias, pelo falecimento da Sra. Marines Machado, ocorrido no dia 11/03/10 do corrente ano.

Requer ainda, que seja dada ciência à família Messias, através de correspondência a ser encaminhada ao Sr. Claudio Cordeiro Messias.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO N° 568

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos anais desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Takemasa, Agropecuarista com 50 anos de idade, na Cidade de Castro.

Jorge Takemasa era filho do Sr. Goro Takemasa, e da Sra. Sumiko Takemasa, exerceu o mandato de Vereador assim como o cargo de Vice-Presidente da Câmara dos Vereadores na década de 1989 a 1992 naquele Município. Takemasa foi sempre atuante em diversos segmentos da sociedade, exercendo a Presidência da ACEC - Associação Cultural e Esportiva de Castro assim como a Presidência da UNICASTRO - Cooperativa Agrícola e União Castrense. Deixa viúva a Sra. Gracie Ribas Takemasa e 02 (duas) filhas: Mariane e Pamela Takemasa.

À família enlutada os meus mais sinceros pêsames.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO N° 562

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de voto de congratulações ao Soldado Antônio César Leal, do 2° Grupamento de Bombeiros de Ponta Grossa, pela presteza e eficiência ao transmitir instruções pelo telefone à mãe, salvando assim a vida de um bebê de dez dias que havia se engasgado e já se encontrava inconsciente. O Soldado homenageado através do presente requerimento está há dezenove anos no

Corpo de Bombeiros e pertence ao 2º Grupamento de Bombeiros de Ponta Grossa, cujos soldados nos últimos meses já realizaram quatro salvamentos pelo telefone.

Requer ainda, que se dê ciência ao homenageado através de correspondência a ser enviada aos cuidados do 2º Grupamento de Bombeiros.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 573

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de congratulações ao Pastor Elizeu de Carvalho, eleito Presidente da Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá.

Requer ainda, seja encaminhada correspondência dando ciência da aprovação do referido requerimento para o homenageado, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 566

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de uma moção de apoio, para a aprovação da PEC nº 544/02, que estabelece a criação de quatro Tribunais Regionais Federais, entre eles o da 6ª Região, a ser sediado em Curitiba.

Requer ainda, após aprovada a referida moção, seja dada ciência através de correspondência as seguintes autoridades:

Presidente do Senado Federal - Senador José Sarney;

Presidente da Câmara dos Deputados - Deputado Michel Temer;

Senadores do Paraná;

Deputados Federais do Paraná;

Presidente do Tribunal Regional Federal 4ª Região - Desembargador Federal Vílson Darós;

Presidente da Associação dos Juízes Federais do Paraná - Dr. Anderson Furlan Freire da Silva;

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná - Dr. José Lucio Glomb.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

Projeto de Lei

PROJETO DE LEI Nº 104/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP Nova Vida, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A OSCIP Nova Vida, com sede e foro no Município de Cornélio Procopio, constituída em 30/05/06, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ com o número de inscrição 08.139.085/0001-03, têm por finalidade a promoção da assistência social, da educação gratuita, combate a pobreza, desenvolver ações voltadas para orientação e apoio psicológico e social-familiar, crianças carentes e apoiar projetos e programas de organizações comunitárias.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a Declaração desta OSCIP como de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 105/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o monitoramento e divulgação dos dados da qualidade do ar da Região Metropolitana de Maringá em tempo real.

§ 1º A instituição responsável pelo gerenciamento do sistema da qualidade do ar do Estado do Paraná, deverá disponibilizar à cada hora, a concentração de gases e particulados medidos pelas estações automáticas de monitoramento para os poluentes amostrados, O3, SO2, NO2, CO, PTS, PI e fumaça.

§ 2º Os dados devem ser disponibilizados ordenados por estação de amostragem e por poluente.

§ 3º Para as estações manuais, os valores de concentração de poluentes amostrados devem ser disponibilizados através de médias diárias, no mesmo relatório.

Art. 2º Os dados da qualidade do ar da Região Metropolitana de Maringá preferencialmente deverão estar acessíveis através de um site da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei em 90 (noventa) dias.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

JUSTIFICATIVA:

A contaminação da atmosfera atinge milhões de pessoas em todo mundo, especialmente as que vivem nos grandes centros industriais e com tráfego intenso de veículos.

A conscientização e a preocupação das pessoas com os danos à saúde humana, à flora, à fauna e aos materiais ocasionados pelos contaminantes emitidos continuamente para o meio ambiente têm aumentado significativamente a pressão das populações para que sejam estabelecidas medidas reguladoras visando o controle da emissão da poluição e a avaliação regular da qualidade ambiental.

As questões relacionadas à avaliação e melhoria da qualidade ambiental do recurso ar devem ser abordadas considerando-se o problema da poluição do ar e a gestão da qualidade do ar.

A presente proposta de lei tem o objetivo de tornar acessível e útil à população os índices da qualidade do ar da Região Metropolitana de Maringá, especialmente em termos de prevenção da saúde pública.

A divulgação dos dados do Índice de Qualidade do Ar em tempo real, permite que a população possa se prevenir dos efeitos nocivos ocasionados pela poluição do ar. Principalmente as doenças respiratórias advindas da poluição atmosférica. A divulgação dos dados monitorados pelas estações automáticas deve ser feita de hora em hora via internet, por poluente e por estação, além da emissão de divulgação diária do Boletim de Qualidade do Ar, o sistema deve permitir a previsão em 24h da qualidade do ar.

Diante do exposto, solicitamos a aprovação da presente proposta que visa melhorar a qualidade de vida da população da Região Metropolitana de Maringá, através do monitoramento da qualidade do ar em tempo real.

PROJETO DE LEI Nº 106/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica reconhecida a Festa do Peão de Boiadeiro, do Município de Colorado, realizada todos os anos no mês de março.

Parágrafo Único. Os efeitos dessa lei servirão também para a inclusão do evento de que trata o *caput* deste artigo no calendário oficial do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Colorado é um Município situado a uma latitude de 51°58'23" Oeste, estando a uma altitude de 400 metros.

Foi criado pela Lei Estadual nº 253, de 26/11/54, desmembrado do Município de Jaguapitã. Sua instalação deu-se em 10/12/54.

Seu Prefeito atual é Marcos José Consalter de Mello, reeleito para o segundo mandato. Possui um PIB de R\$ 243.417 e uma renda *per capita* de R\$ 10.964, segundo o IBGE.

Sua população estimada é de 22.000 habitantes, sendo estimativa do IBGE. Possui um Distrito chamado Alto Alegre. Faz parte da microrregião administrativa da Associação dos Municípios do Setentrião do Paraná - AMUSEP. Suas atividades econômicas são de ordem agropastoril; cana-de-açúcar, leite e bovinos. Sua indústria dominante é química, sendo produtos alimentares, couros, peles e produtos similares.

A Usina Alto Alegre produz e álcool com alto padrão de qualidade com grande oferta de empregos.

Na área de Turismo, Colorado ficou conhecido no Brasil e no exterior, pela realização anualmente dos rodeios que realiza, onde além da grande festa pelos peões mais famosos e pelas revelações que tem conquistado.

Este ano, realizará a 36ª Festa do Peão.

São, portanto, 36 anos de organização em um rodeio que atrai a atenção dos adeptos desse esporte não só no Paraná, mas também nos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e dura normalmente 10 dias.

Este ano a 36ª Festa do Peão de Boiadeiro, será levada a efeito de 19 a 28 de março.

Justifica-se dessa forma a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 107/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a PROVOPAR Municipal de Irati, com sede no Município de Irati.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A PROVOPAR Municipal de Irati desenvolve um trabalho social, voltado especificamente para as famílias que apresentam carência, especificamente as que possuem baixa renda, desempregados, crianças, adolescentes, idosos e portadores de necessidades especiais.

Atende atualmente milhares de famílias, sendo que para desenvolver suas atividades há necessidade de subvenção através do Poder Executivo, além de campanhas e doações da sociedade, visando à preservação da dignidade das pessoas assistidas bem como a minimização dos problemas sociais do Município.

PROJETO DE LEI Nº 108/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores da Capela Santa Luzia e Estrada de Vila Rica, com sede e foro no Município de Icaraíma.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores da Capela Santa Luzia e Estrada de Vila Rica, com sede e foro no Município de Icaraíma, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade congregar os produtores rurais, apoiando suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 109/10

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade de Assistência Social, Beneficente, Educacional e Material de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 15/03/10.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade de Assistência Social, Beneficente, Educacional e Material de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade a promoção da assistência social, da educação, do voluntariado, da ética, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Finda a leitura do Expediente, concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Recebo aqui do Carlão, que está na tribuna de honra, o jornal Sítio Cercado, para quem não sabe Sítio Cercado é uma das regiões mais populosas de Curitiba, tem eleitor ali para eleger um Deputado. O jornal, muito importante, traz aqui uma matéria sobre o Fome Zero, no mundo, em razão do trabalho desenvolvido aqui no Brasil. Queira Deus que chegue o momento que haja alimento para todo mundo. O que se sabe é que no mundo é produzido muito mais alimento do que a humanidade

precisa para comer bem, para se alimentar bem. Sobre alimento, porém mais ou menos 15% da comida é jogada no lixo, é desperdiçada. Se houvesse um critério bom de distribuição de alimento todos os seres humanos teriam um prato de alimento farto no almoço, na janta e até no café da manhã. Queira Deus que um dia as autoridades parem de falar tanto em guerra, briguem menos entre elas, disciplinem para que o alimento seja distribuído adequadamente, se ele for distribuído adequadamente tem comida para todo mundo.

Recebo um e-mail do Cabo da Polícia Militar Roberto, uma notícia triste.

(Lê):

Policial do BPTran é morto no Batel

Assaltante tirou arma do policial e disparou contra a sua cabeça. Fabiano Neves, 33 anos, morreu na hora.

Um assalto à Farmácia Nissei, na avenida Iguazu, no sábado à noite, resultou na morte de um policial do Batalhão de Trânsito de Curitiba (BPTran). Três homens chegaram por volta das 22h na farmácia, assaltaram o local e fugiram em um veículo da marca Corsa. A viatura do BPTran recebeu, por rádio, o alerta de roubo e encontrou o trio nas proximidades da avenida do Batel, entre o Shopping Crystal e o Restaurante Karina.

O carro do BPTran cercou o Corsa e os dois policiais desceram para fazer a abordagem. Durante a revista, um dos assaltantes se escondeu atrás de uma floreira, sem ser percebido. Enquanto os policiais algemavam os outros dois, o ladrão escondido surgiu repentinamente, pegou a pistola do Soldado Fabiano Neves, 33 anos, e atirou na cabeça dele. Neves morreu no local.

O companheiro do policial correu atrás do assaltante que fez o disparo. O ladrão foi encontrado nas proximidades da praça Ouvidor Pardinho e reagiu com tiros quando viu o companheiro de Neves. O policial revidou e acertou o assaltante nas pernas e nos braços. Ele foi levado ao Hospital Evangélico, com vida. Os outros dois estão presos na Delegacia de Furtos e Roubos de Curitiba.

Neves era da Cidade de Palmeira, interior do Paraná. Ainda no domingo, ele foi velado e sepultado na Cidade natal.

É uma profissão de alto risco.

Recebi o e-mail da Maria Lucia que é uma grande liderança de Paiquerê em Londrina.

(Lê):

Prezado Deputado Antonio Belinati, um bom-dia!

Não preciso aqui destacar todas as dificuldades que os moradores dos Distritos de Londrina passam quando decidem se capacitar para melhor exercer sua profissão com dignidade, capacidade e conhecimento, visto que seu acompanhamento é presencial e conhece muito bem nossa realidade.

Neste momento, gostaria de mencionar não somente o Distrito de Paiquerê e o Patrimônio de Guairacá, e sim toda a região composta pelos Distritos do Município de Londrina, que necessita de uma atenção de todas esferas governamentais. O fato é que, quando um de seus moradores pensa em ter um

futuro digno, necessariamente, como requisito de muitas empresas, este deverá apresentar, no momento de sua entrevista, um currículo profissional para que então passe a concorrer a uma vaga. Agora, prezado Deputado, como esse indivíduo irá apresentar esse currículo sendo que trabalha toda manhã e tarde, debaixo de sol ou chuva, em trabalho braçal, cansativo e exaustivo, que inicia quase pela madrugada e vai até o fim da tarde e necessita então, chegar em casa, se alimentar, dar atenção a seus filhos e filhas, tomar um banho, pegar uma lotação e ir a algum centro de estudos para realizar um curso profissionalizante, que custará aproximadamente metade de seu salário? Impossível analisar esta realidade e impossível também pensar no sonho de muitas adolescentes que ficam cuidando de seus irmãos mais novos enquanto seus pais estão trabalhando para trazer sustento à sua casa, que na realidade, os sonhos destas é poder um dia ter capacidade de no mínimo serem secretárias de uma empresa e mostrar conhecimento e responsabilidade, mas como?

Por isso, meu caro amigo, solicito que sensibilize o Governo do Estado ou outras esferas para que nesta região, com apoio de grupos educacionais, SEBRAE, entre outros, forneça cursos na localidade, no Distrito, de forma gratuita para que essa população possa ter um sonho realmente próspero ao chegar um fim de ano.

Contamos todos com sua atenção. Maria Lúcia Menegazzo.

E-mail do Arlindo de Oliveira:

Ilmo. Sr. Antonio Belinati.

Venho por meio desta, solicitar do amigo um favor para se possível achar uma solução para o seguinte problema.

Sou funcionário da Universidade Estadual de Londrina desde que o regime trabalhista ainda era CLT. Como todos sabem, em 1992 passamos a pertencer ao Regime Estatutário. Mas deixando esses detalhes à parte, vamos ao assunto que me motivou a escrever esta carta.

1) Os servidores públicos de outras Secretarias recebem o auxílio-transporte e não é descontado em seus vencimentos, porém a Universidade Estadual de Londrina cortou esse benefício sob alegação de que o total de nossa remuneração ultrapassa a três salários-mínimos.

2) Essa medida é de caráter exclusivo do Governo do Estado, ou não?

3) Nós somos funcionários públicos (estatutários) ou ainda estamos vinculados do regime CLT?

4) Gostaria de saber o porquê dessa diferença entre os funcionários lotados na UEL e os lotados em outras Secretarias, porque eles recebem o auxílio-transporte e os funcionários da UEL não recebem. Por que temos direitos diferenciados dos demais? Afinal, somos todos funcionários públicos, ou não?

5) Gostaria que o ilustre Deputado verificasse esse problema para nós e nos desse uma breve resposta.

Nada mais para o momento, aqui fica um forte abraço de um velho amigo Arlindo J. Oliveira (da Igreja Cristã Primitiva, do Pastor Geraldo Tudisco).

E-mail do policial Roberto: Segundo informado na comunidade da PMPR no Orkut, o motivo foi o valor injusto oferecido aos praças.

Segue abaixo:

O soldo de Coronel corresponde ao índice 1000, enquanto o soldo de Soldado corresponde ao índice 370.

Transformando em valores reais teríamos:

Coronel o soldo atual corresponde à R\$ 915,22 com o índice 1000; Soldado, soldo atual corresponde à R\$ 338,63 com o índice 370.

Na nova proposta de reajuste a tabela apresenta:

Coronel - soldo R\$ 11.655, com o índice 1000; Soldado - soldo R\$ 2.289,57, com o índice 370.

Fazendo os cálculos com os índices corretos os valores seriam:

Coronel - soldo R\$ 11.655 com o índice 1000; Soldado - soldo R\$ 4.312,35 com o índice 370.

O que corresponde à uma diferença de mais de R\$ 2 mil a menos sobre o que deveria ser nosso salário!

Abaixo estão todas as tabelas para comparação.

Soldo Atual dos Militares Estaduais		
Posto/graduação	Índice	Valor em R\$
Coronel	1000	915,22
Tenente-Coronel	913	835,60
Major	872	798,07
Capitão	800	732,18
1° Tenente	731	669,03
2° Tenente	658	602,22
Aspirante a Oficial	532	486,90
Subtenente	532	486,90
1° Sargento	477	436,90
2° Sargento	447	409,10
3° Sargento	427	390,80
Cabo	382	349,62
Soldado 1ª Classe	370	338,63
Cadete 3° Ano	477	436,90
Cadete 2° Ano	447	409,10
Cadete 1° Ano	427	390,80

Recebo mais um e-mail: Peço que não revele meu nome.

Olá caro Deputado Antonio Belinati. Sou seu fã pois acompanho seu trabalho e de todos os Deputados pela TV SINAL sempre que posso, e sei que o senhor é um defensor da classe trabalhadora como um todo e tem coragem de dizer coisas que nenhum outro Deputado tem. Sou um Soldado da PMPR e gostaria de pedir o apoio de V. Exa. para nos ajudar neste absurdo de aumento que o Governo do Paraná quer nos empurrar. Onde já se viu um aumento de 2% para os Soldados, Cabos e Sargentos enquanto para os Oficiais serão mais de 30% de aumento? Quem dá a cara à tapa na rua somos nós os Praças, enquanto os oficiais ficam em seus gabinetes com ar-condicionado só criando barriga.

Isso é um tapa na cara de todos os policiais que realmente defendem a população de nosso Estado.

Peço ao senhor que seja nossa voz aí na Assembleia, e junto com os demais Deputados não aprovelem esta esmola. Hoje os policiais da Capital e Região Metropolitana estão aquartelados em protesto a este absurdo.

Espero que o senhor leia este e-mail e nos ajude, pois o maior inimigo da Segurança Pública do Paraná, hoje, é o Ilmo. Secretário da Segurança.

E-mail do Edegar Marcondes de Campos:

Olá Deputado Belinati. Eu ando muito preocupado com a falta de segurança em nosso País, o Governo Federal fez campanha de desarmamento da população mas esqueceu de desarmar os bandidos. Eu mesmo depois de muitos anos com porte legal de arma entreguei à Polícia Federal, hoje tenho medo se algum bandido pular meu muro e forçar as portas para entrar. O que eu farei para proteger minha família? Pois acho que cada Estado deveria ter sua própria lei, a Polícia Civil do Paraná tinha mais do que competência para continuar com seu trabalho que tinha implantado para ceder porte de arma aos cidadãos paranaenses, tinha de passar por psicólogo e curso de tiro. Estava no caminho certo e hoje estamos a ver navios, ou melhor, a ver bandidos. E mais, na madrugada de hoje pai e filho são assassinados dentro de casa em São Paulo de madrugada, quatro tiros levou cada um, cartunista e seu filho. Onde vamos parar? E as Forças Armadas do Brasil? Para quê ficarem aquartelados em vez de ir para as fronteiras trabalhar? E acho que cada Estado deveria ter lei própria, como nos Estados Unidos de leis mais duras para bandidos. O porte legal dá o direito do cidadão sair e voltar para casa com a arma, enquanto o registro da mesma fica dentro da casa. Isto não é nada bom. Um grande abraço!

E-mail da Clismary:

Que vergonha hein Requião, dizer que essa foi a maior reestruturação salarial feito no Paraná nos últimos tempos? Isso só podia vir de uma pessoa como ele mesmo. Claro que é a maior, já que nos últimos anos não foi feito nada, e é claro quem ganhou o verdadeiro aumento foram os de alto escalão. Coronéis, etc., os

Soldados, que verdadeiramente precisavam disso jamais iria acontecer, até porque ele não dá ponto sem nó, assim ele tapa a boca da Polícia, pois os Comandantes estão satisfeitos com o aumento e quem trabalha na rua, que é o que mais precisa, os que precisam fazer bico para sobreviver, receberam meros R\$ 300 reais. Que vergonha ainda falar com a boca cheia que vai mandar prender ou expulsar da Polícia aqueles que fizeram greves. Na verdade, os Soldados para o Paraná, na cabeça do Requião, não prestam para nada. Quero muito que um dia ele precise e fique a ver navios, chupando o dedo, já que para quê ajudar os Soldados, eles que andem com farda mais de quatro anos, salário é coisa que bem deveriam ter. Se o coturno fura que use chinelo, é mais barato; se não tem gasolina nas viaturas, eles que saiam correndo atrás de ladrão, afinal, quem precisa do dinheiro são os Comandantes da Polícia; Soldado tem que trabalhar por amor. Sabia que escravidão é crime?

Um abraço Deputado pois sei que só o senhor Deputado lê isso.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Para terminar, Sr. Presidente, outro dia a Polícia Civil do Paraná fez uma paralisação, porque o Roberto Requião prometeu há seis anos o Plano de Cargos, Carreiras e Salários e não deu. Depois os policiais militares e bombeiros fizeram um movimento nos quartéis, porque esse aumento que veio para cá é uma vergonha!

Tem até a questão da implantação do subsídio, que já faz parte de um direito dos policiais militares e bombeiros. Está indo para 12 anos que eles têm esse direito, 12 anos que o Paraná não respeita a Constituição Federal.

Eu fui um dos primeiros Deputados a assinar aqui a PEC para transformar o pagamento dos policiais no sistema de subsídio. Pois bem, o que o Roberto Requião fez? Ofendeu os policiais. Ele estava em Londrina, na minha terra, e de maneira agressiva, prepotente disse: "Mando pôr na rua, mando prender os policiais!" Governador Requião, será que quando o senhor for palanque, daqui mais cento e poucos dias, pedir o voto para ser eleito, o senhor vai fazer essa mesma ameaça no palanque para conquistar o voto do povo? O senhor foi eleito Governador com o voto do policial, com o voto da família do policial, com o voto da população de um modo geral.

Agora, além desse problema dos policiais, o Governador Requião foi pegar uma carona com o Presidente Lula, na visita à Refinaria de Araucária, e foi vaiado. Quando agradamos ao povo, o povo nos aplaude. Quando um jogador de futebol joga bem, quando um cantor se apresenta bem, quando o povo está contente com um Deputado, Governador, Prefeito ou Presidente, o povo aplaude, às vezes até de maneira calorosa, às vezes o povo vai ao delírio. Quando o povo vaia é porque o povo não está contente com aquele que está vaiando.

A vaia é um instrumento que a humanidade usa para manifestar o seu descontentamento e o aplauso para caracterizar o seu apoio, a sua alegria por aquilo que a pessoa que está sendo aplaudida faz. Então, Governador Requião, se o senhor foi vaiado pelos operários da Refinaria de Araucária, o que significa isso? Uma insatisfação dos trabalhadores com o seu Governo. Se eles estivessem contentes, eles iriam aplaudir. Não tem outro caminho.

Não adianta o senhor chegar e ofender aos trabalhadores, chamar os trabalhadores de um bando de palhaços. Acho que se alguém me vaiar vou ter a humildade, vou pedir desculpas, até para ver qual é o equívoco que cometi, qual é o pronunciamento ou projeto que não agradou. Acho que o diálogo é fundamental. Chamar os trabalhadores de um bando de palhaços isso não fica bem, não é só com o Governador. Se até os animais nós temos que respeitar, então, Governador Requião, trate com respeito os trabalhadores, respeite os policiais, tenha diálogo com os policiais. Pare com essa história de falar de pôr policial na rua, de pôr na cadeia. Não vai pôr coisa nenhuma.

Governador Requião, daqui a pouco mais de duas semanas, o senhor não será mais o Governador, mas sendo Governador ou ex-Governador acho que o respeito cabe em qualquer circunstância, em todos os momentos da nossa vida. Vamos respeitar os policiais e vamos dar aos policiais um tratamento justo, não vamos privilegiar ninguém em detrimento de outro não. Nós estamos aqui para defender os policiais!

O SR. PRESIDENTE (Elton Welter)

Segundo orador inscrito Deputado Mauro Moraes.

Deputado Mauro Moraes (PSDB)

O SR. MAURO MORAES

Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. Deputados.

Ocupo a Tribuna, hoje, para demonstrar a minha preocupação com referência à família miliciano no Estado do Paraná. Eu já alertava ao Líder do Governo, na quarta-feira passada, que existia uma grande turbulência em nossos quartéis da Polícia Militar em decorrência das mensagens encaminhadas a esta Casa pelo Governo do Estado. Srs. Deputados, não podemos considerar os iguais com desigualdade. Não podemos dar um aumento significativo aos oficiais de grandes patentes e deixar de dar o mesmo aumento aos nossos praças, que se compõem de subtenentes, sargentos, cabos e soldados.

Estou conversando e muito com o Comando da Polícia Militar, com o nosso chefe da Casa Militar, com a AMAI, com a Associação de Cabos e Soldados, com a Associação de Sargentos, para que possamos encontrar uma forma e atender o apelo dos nossos policiais e poder igualmente dar um aumento significativo àqueles policiais que correm risco de morte na defesa e proteção do

cidadão e que estão ganhando um salário miserável. Eu sempre digo, não sei se um policial está mais estressado quando vai para a rua enfrentar um bandido ou quando volta para a sua residência e tem que enfrentar a sua esposa revoltada com o seu salário baixíssimo que não paga a prestação da casa, que não paga a prestação do carro, não pode arrumar um colégio decente para os seus filhos. Agora, é a hora, agora, é a vez, Srs. Deputados, de pensarmos abalizadamente, não fazer nada com açodamento que possa repercutir na segurança de todo o cidadão paranaense. Ah, mas agora a polícia está sob controle, não tem mais turbulência, não tem mais revolta. Como bem frisou o Deputado Antonio Belinati, aqui, da tribuna, houve um arrefecimento, que quando o Governo diz que vai prender, quando o Governo diz que vai demitir, é evidente que existe um certo constrangimento. Mas, posso afirmar com convicção e certeza que o movimento dos Praças não acabou, não, estou recebendo diariamente centenas, não são dezenas, de e-mails no meu gabinete pedindo para que eu, Deputado Mauro Moraes, entre nessa luta e defenda os Praças no Estado do Paraná, sob pena de uma paralisação.

É evidente que eles não vão ficar na frente dos quartéis, mas policial pode muito bem fechar os olhos e cruzar os braços. E sabemos que a segurança em nosso Estado está um verdadeiro caos: temos um efeito bem aquém de nossas necessidades, o policial ganha pouco, faltam viaturas para a Polícia Militar, para a Polícia Civil. E precisamos fazer alguma coisa e rapidamente. Imaginem, os Srs. Deputados, se repentinamente esses poucos policiais que estão ainda servindo e protegendo a nossa população cruzarem os braços, o que vai acontecer? Uma calamidade muito maior do que já está aí. Infelizmente, a grande Curitiba registra hoje, estatística do mês de fevereiro, a cada 45 minutos uma pessoa é assassinada na Cidade, na região de Curitiba. Isso há alguns anos atrás era 10, 15h para uma pessoa ser assassinada. Estamos vivendo um terror. Estamos chegando ao fundo do poço. Curitiba está se tornando a Capital da violência. O Paraná está se tornando um Estado tão violento como o Rio de Janeiro, acima de São Paulo.

Temos que dar a nossa parcela de contribuição e estudar um aumento realmente justo, para que os nossos oficiais tenham, sim, o seu aumento devido. Não sou contra aumento para os oficiais da alta patente, mas que possamos igualmente olhar pelos nossos Praças que põem em risco a sua própria vida em defesa e proteção do cidadão paranaense.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Elton Welter)

Próximo orador inscrito é o Deputado Nereu Moura.

Deputado Nereu Moura (PMDB)

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No último sábado, aqui, em Curitiba o PMDB do Paraná realizou a última reunião regional que havia sido programada, e foi programada, pelo nosso Vice-Governador Orlando Pessuti. Aqui, em Curitiba, no sábado, 5 mil pessoas, levaram o apoio à candidatura do nosso Vice-Governador Orlando Pessuti, ao Governo do Paraná.

Acho que todos os partidos deveriam ter candidato aos cargos executivos, porque se trata do fortalecimento da própria democracia brasileira. Uma candidatura traz conteúdo e substância a um partido político. Um partido que não disputa eleição nunca se fortalece, sempre vai a reboque, não tem projetos, nem objetivos e não tem conteúdo. Porque apenas as disputas eleitorais é que estabelecem o norte, a linha e o fortalecimento dos partidos políticos.

O PMDB do Paraná, na minha opinião, não tem razão alguma para não enfrentar esse processo eleitoral. Pelo contrário, existem razões que justificam plenamente o nosso projeto de termos o nosso companheiro Orlando Pessuti, como nosso candidato a Governador, nas eleições de 2010.

Nas últimas sete eleições, desde a redemocratização do Brasil, em 1982, o PMDB disputou seis eleições. Apenas uma, em 1994, quando indicamos o candidato a Vice-Governador, à época, o candidato Álvaro Dias. Das seis eleições que o PMDB disputou, no Paraná, ganhamos cinco delas. Das cinco que o PMDB ganhou no Paraná, as cinco vezes foram com candidato próprio e com vice-candidato também do próprio PMDB. Portanto, com chapa puro-sangue.

Não há razão nenhuma para o PMDB - esse partido extraordinário, com raízes profundas na sociedade paranaense, com folha de serviço prestada ao povo do Paraná - afrouxar o garrão e não enfrentar as urnas, discutir com o povo do Paraná um programa, um projeto de Governo, as políticas públicas, que estão sendo desenvolvidas pelo atual Governador Roberto Requião e que deverão ser desenvolvidas a partir de janeiro do ano que vem.

Nas 10 reuniões que foram desenvolvidas no Paraná, em todas as regiões, em Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Londrina, Maringá, Pato Branco, Campo Mourão, Umuarama e, por último, Curitiba, o nosso companheiro Orlando Pessuti foi ovacionado pela base partidária, por militantes, filiados, Vereadores, Vice-Prefeitos e Prefeitos do nosso Estado.

Não há, Sr. Presidente, Deputado Elton Welter, no meu entendimento, razão alguma para um partido que tem a grandeza do PMDB, que está organizado nos 399 Municípios do Paraná, que tem Vereador, Prefeito, Vice-Prefeito de quase 200 Municípios do Estado e que tem aqui 16 Deputados Estaduais, oito Deputados Federais e um Governador com uma aprovação de 70% do povo do nosso Estado, para não disputarmos essa eleição. Para irmos discutir com o povo do Paraná um projeto de Governo, uma

proposta de Governo, políticas públicas que sirvam para continuar fazendo o nosso Estado cada vez mais forte, mais pujante e com qualidade de vida. Temos razão de sobra. Temos justificativas, por que ter medo de disputar uma eleição? Por que ter medo das pesquisas eleitorais? Nas últimas eleições as pesquisas sempre tem teimado em dar erradas. Quando em 2002 nós não conseguimos nenhum partido para coligar conosco, nenhum partido do Paraná quis coligar com o PMDB, nós saímos com o Requião e o Pessuti. A pesquisa dizia que o Senador Álvaro Dias tinha 54% das intenções de voto. Que o Requião tinha 14% das intenções de votos. Mas, não tivemos medo. Procuramos fazer um projeto de Governo que sensibilizasse o povo do Paraná. E o resultado a população conhece: ganhamos aquela eleição de 2002.

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Na eleição de 98 quando os partidos do Paraná se aliaram para apoiar a reeleição do Governador Jaime Lerner, nós ficamos com o PT e com o PDT. Fizemos 46% dos votos, enquanto o IBOPE da Rede Globo dizia que o Governador Jaime Lerner tinha 22 pontos de vantagem sobre o nosso candidato Roberto Requião.

Não são as pesquisas que devem nos amedrontar, não é o cenário político que deve nos tirar o ânimo e a força para irmos às ruas apresentar um projeto de Governo, colocar um candidato que tem a vontade de ser candidato. Que conhece o Paraná como a palma da sua mão, que já andou o Paraná, a realidade do nosso Estado. Por isso não há motivos para nós do PMDB neste momento discutirmos outra alternativa que não o lançamento próprio da candidatura do Vice-Governador Orlando Pessuti. É isso que a nossa liderança está dizendo, que os nosso militantes estão falando, os nossos Prefeitos, Vice-Prefeitos estão dizendo, que temos que ter a candidatura própria, que temos que enfrentar a eleição. Temos que levar o nome do nosso companheiro Orlando Pessuti para as urnas no dia 03 de outubro deste ano, com força, com a intenção de vencer as eleições.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Concede-me um aparte Deputado?

(Assentimento)

Queria cumprimentá-lo pela energia e pela sensibilidade do pronunciamento. Quero fazer coro ao pronunciamento de V. Exa. Creio que o futuro Governador dentro das próximas horas, Orlando Pessuti reúne todas as condições para enfrentar um pleito eleitoral dessa magnitude. Quando digo condições é a experiência, a sensibilidade que ele tem e por isso dou todo o apoio e por isso, dou todo o apoio ao pronunciamento de V. Exa., acho que a nossa candidatura própria está surgindo, nascendo da maneira mais autêntica possível, que é das bases partidárias e não pode ser abortada em nenhum momento sob nenhum pretexto.

Acredito piamente na candidatura de Orlando Pessuti, e tal qual V. Exa., espero realmente que ela tome corpo, para que possamos continuar no Paraná com um projeto que está dando certo, um projeto que faz com que o Paraná tenha o melhor salário-mínimo regional desse País, o Estado que mais tem carteiras assinadas por unidade de tempo deste País, que reduziu a informalidade, que reduziu e até acabou a tributação para os pequenos e médios empresários, proibindo, de maneira inusitada, que os fiscais fazendários inclusive nesses estabelecimentos os visitassem.

Parece que um projeto até indo no contrassenso do que a política está absolutamente dando certo, estão aí os resultados econômicos e sociais do Paraná e os índices de aprovação do Governador que não nos deixem mentir. Por isso, sem dúvida nenhuma, esse projeto não pode ser parado e a forma de continuá-lo é com a candidatura Pessuti.

Obrigado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Obrigado pelo aparte, Deputado Cheida, são posições coerentes como as de V. Exa. que abastecem de ânimo e força este projeto do PMDB de manter o Governo do Paraná nas mãos progressivas, nas mãos de uma proposta política de fortalecimento das políticas sociais, de crescimento da nossa economia, de crescimento da qualidade das nossas populações. Aliás é função de todos os militantes do partido, como V. Exa., reconhecer o desejo, que a maior parte do PMDB tem de lançar candidatura própria, de ir para as urnas.

A candidatura do PMDB fortalece a democracia, a candidatura do PMDB fortalece o debate, quem ganha com isso é o povo do Paraná porque vamos ter uma eleição diferente se não estivéssemos no processo eleitoral, com a candidatura do Vice-Governador Orlando Pessuti quem ganha é o povo do Paraná, porque terá uma opção a mais, um debate a mais, vai ter uma proposta a mais para ser discutida, questionada, será uma eleição mais animada, mais arrojada, mais interessante do que se fosse uma eleição bipolar, com apenas duas candidaturas. Portanto, eu me engajo no processo desde o início, em nenhum momento eu pestanejei, em nenhum momento eu vacilei em relação a candidatura própria dos meus do PMDB!

O companheiro Orlando Pessuti, nosso Vice-Governador, como bem falou V. Exa., a partir do dia 2 de abril o nosso Governador terá mais espaço na imprensa, na mídia, poderá por nove meses governar o Paraná, mostrar serviços e com isso pretendemos que nosso companheiro Pessuti cresça proporcionalmente nas intenções de voto e possa ter condições de ir para o segundo turno e do segundo turno para o Palácio das Araucárias, que é o local que queremos colocar o nosso Vice-Governador, Orlando Pessuti.

É o meu sentimento de peemedebista, de companheiro de Deputado porque aqui estive por cinco mandatos sempre pelo PMDB! E é por isso, Sr. Presidente, que quero ter a oportunidade de votar no 15 para Governador, de votar no 15 para ajudar o Paraná, de votar no 15 para Educação, para a Saúde, para Agricultura, para as crianças, enfim, para a esperança continuar sempre latente no coração do povo do Paraná, e é por isso que estou defendendo a candidatura do nosso companheiro Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Elton Welter)

Próximo Orador inscrito Sr. Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras.e Srs. Deputados.

Recentemente recebi por e-mail uma informação absolutamente equivocada e eu diria que também de má-fé. O e-mail dizia que: *o INSS paga uma bolsa marginal*. Não sei se faz isso por má-fé ou por ignorância. Muitas pessoas nos procuraram porque sabem que nós já temos insistido; de batido e esse ano que passou conseguimos que houvesse uma emenda para a Defensoria Pública no Paraná. Porque Paraná, Santa Catarina e Goiás, embora Goiás esteja regulamentando, são os únicos Estados que não tem a Defensoria Pública nos moldes que preceitua a Constituição de 88. Mas esse e-mail diz que: *O INSS paga esse auxílio*. Na verdade é o auxílio-reclusão. *E paga no valor de R\$ 3 mil 763 reais*. Ora, não sei se isso é por má-fé ou por ignorância. E diz mais: *que as pessoas receberiam desde que tivessem cinco filhos*. O auxílio reclusão não tem nada haver com o número de filhos e nem de dependentes, tem haver com o cidadão que estava assegurado pelo INSS e que ao ser preso, condenado, ao ficar em regime semiaberto, ou regime fechado tem direito, assim como tem auxílio-doença, etc. Esse auxílio existe desde 1991.

O que vemos é que a sociedade, ou algumas pessoas, os setores mais conservadores, os setores mais atrasados da sociedade querem não apenas que as pessoas sejam presas, mas que a sua família também fique absolutamente sem nenhuma condição, mesmo que esse cidadão esteja naquele momento trabalhando, recolhendo INSS, portanto com direito de recorrer ao INSS para receber o auxílio-reclusão que não é de 3 mil 763, é no máximo R\$ 500 a 600 e o último salário dessa pessoa pode ter sido superior a R\$ 700. São pessoas pobres, se cometeram crimes, cometeram delitos obviamente ao estarem na penitenciária já estão pagando por isso. O que não podemos é incentivar uma corrente que no nosso País, no nosso Estado e feita muitas vezes sob o patrocínio de programas sensacionalistas que acha que essas pessoas por terem cometido esse delito não apenas elas, mas toda a sua família tem que pagar por isso. Como se por exemplo, o ex-Governador Arruda que está preso, e a sua família estivesse na mais absoluta miséria.

Não é verdade, porque ele tem recurso para promover a sua família. Agora imaginem os senhores aquela pessoa que fica a mulher e os filhos sem nenhum tipo de recurso, sabendo que a pessoa que era o principal provedor daquela família está preso. O que temos hoje? Apenas 2 mil 703 beneficiários no Paraná. Apenas 2 mil 703, 603 em Curitiba. Isso significa 7,3% apenas das pessoas que tem direito ao auxílio-reclusão. E esse dinheiro é devido a família do preso, não é devido ao preso. Essa baboseira, essa bobagem, essa má intenção tem que ser combatida. Não podemos aceitar que sob qualquer hipótese as pessoas disseminem esse tipo de informação, porque isso apenas cria mais problemas ao invés de buscar soluções. Sabemos que as pessoas tem o sentimento de entender que devem fazer vingança a partir daquele momento que acontece um crime. Quem deve fazer isso é a justiça e não individualmente o cidadão. Nós vimos aqui o que acontece em diversos presídios. No presídio do Espírito Santo está sendo levada a ONU.

V. Exa. sabe que nós não podemos condenar duas vezes as pessoas. Poderá uma vez pelo crime que já cometeu e que deve ser condenado, quando assim entender a Justiça e condená-la pela segunda vez, deixando-a numa situação que não resta a ela ou a sua família outra situação, que não seja novamente recorrer muitas vezes a uma cadeia sem fim de criminalidade ou marginalidade.

Por isso, quero retornar novamente a esse tema, porque esse tema nos remete a situação que há muito tempo nós estamos aqui dizendo.

A maioria dos presos do Paraná não tem defensor público, não tem advogado. E isso se deve a um erro, há um equívoco, há uma falha no nosso sistema no Estado do Paraná, que esperamos que o próximo Governador possa corrigir.

Não é possível mais convivermos com pessoas como Arruda, com condições absolutamente tranquila, enquanto a maioria da massa carcerária está em situação deplorável.

Quero fazer uma consideração, na sexta-feira, o Presidente Lula esteve em Curitiba e os senhores acompanharam ele veio aqui com duas agendas. Uma específica na PETROBRAS. Queria colocar para o Deputado Douglas, que recentemente ele perguntou - quanto que o Governo Federal trazia ao Estado do Paraná.

Deputado Douglas Fabrício, apenas na Usina da PETROBRAS, não estamos falando da Usina de Mauá, não estamos falando da BR-153, das universidades, apenas da Usina da Petrobras, US\$ 5 bilhões.

Acho que não é pouco para um Estado como o nosso, merece muito mais e amanhã farei esse debate.

Obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo**)

Próximo orador inscrito no Grande Expediente, Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, meu amigo Guimarães. Vou pegar um ganho dos jornais de Curitiba.

Acho que todos sabem que fui representar esta Casa de Leis no STJD, acompanhar o julgamento do processo do Coritiba, porque esta Casa que representa a sociedade, entendia naquele momento que era importante um representante da Casa se fazer presente, já que era um assunto, que envolvia um dos maiores times do Paraná, o Coritiba Foot Ball Club, e que representava naquele momento 3 milhões de torcedores do time do Paraná, num processo de repercussões nacionais e internacionais.

O Coritiba estava naquele momento pleiteando uma redução da sua pena, em função da briga de invasão de campo ocorrida no último jogo do Campeonato Brasileiro de 2009 e que teve cenas lamentáveis.

O Coritiba estava sendo punido com 30 jogos de suspensão em campeonatos brasileiros, o que representaria quase dois anos sem poder jogar em Curitiba, um prejuízo gigantesco, talvez significasse a ida do Coritiba para a 3ª Divisão, já que perderíamos patrocinadores.

Para vocês terem uma ideia, no Campeonato Brasileiro dá uma renda média, por jogo, de quase R\$ 300 mil. Estamos falando em perder R\$ 9 milhões para o Coritiba, só da renda do jogo, uns 15 milhões em patrocínio, nestes dois anos, os patrocinadores do time, do Campeonato Brasileiro. Além da perda dos sócios, que não vão poder ver o time jogar na Cidade, não seriam mais sócios do time. Era quase que uma sentença de morte. Era algo descabido essa punição, já que nenhum time do Brasil foi punido nem com 10 jogos, que é nossa pena atual. Houve um sucesso muito grande.

Quero aqui parabenizar o trabalho feito pela diretoria do Coritiba, através do seu presidente, Jair Cirino; e do vice-presidente, Vilson Ribeiro. E olha, temos um Deputado que é o Antonio Anibelli, que já foi vice-presidente do Coritiba no ano de 1985, quando o Coritiba foi campeão brasileiro. E sabe o quanto é difícil para um time sobreviver sem patrocínio, sem poder jogar na sua Cidade? Era quase que uma sentença de morte!

Vou contar um pouquinho das peculiaridades ocorridas neste julgamento. Além da minha pessoa como Parlamentar, havia também o Senador da República, Flávio Arns. O processo do Coritiba foi muito tenso. Tenho um relato triste a fazer. A posição do Paulo Schimidt, que é um paranaense, residente aqui em Curitiba, foi muito triste, porque uma coisa é ele cumprir a função de Procurador, como ele é do TSJD e propor uma punição dentro da lei. Ele propôs uma punição fora da lei, uma nova interpretação do Código do TSJD. Ele pediu 30 jogos de suspensão para o Coritiba, quando o máximo que a lei permite são 10 jogos.

Nós, do Coritiba, saímos com a maior punição da história do Brasil. O Coxa foi punido exemplarmente. Levou 10 jogos de suspensão. Ninguém, no Brasil, chegou perto disso. E uma multa de R\$ 100 mil. A multa era de 610 mil. Mas, a veemência, a eloquência com a qual ele pedia a punição exemplar do Coritiba passou do ponto. Ele agrediu com palavras jocosas a diretoria do Coxa, chamou os paranaenses dizendo que têm a “síndrome do cachorro vira-latas.” Isso, no julgamento. Aham que por serem paranaenses, lá sempre tem perseguição.

Tivemos um brilhante advogado no caso, que foi um jurista e professor, René Dotti, que tinha levado vários documentos ao processo. Na sua eloquência ao pedir a punição ao Coritiba, ele desqualificou o trabalho do René Dotti, dizendo: “Esta papelada que foi colocada no processo, como se pudesse absolver o Coritiba”. René Dotti, muito educado, disse: “Acho que este excesso de eloquência, de juventude, me fez falar coisas que não devia”. Muito educado o René Dotti. Na verdade, ele foi agredido. Chamaram de papelada.

Da mesma forma - até brinquei com o Flávio Arns - ele disse: “Vocês, do Coritiba, dizem que este Tribunal é político, mas quem vem fazer política aqui são vocês, trazendo Parlamentares aqui”. Cutuquei o Flávio Arns e disse: estão falando de você, Senador.

Por que é que estávamos lá? Isto representa muito para a sociedade do Paraná. A Assembleia se fez presente, não querendo mudar ou influenciar voto de ninguém, mas mostrar a importância disto para o Paraná, algo que representa alegria para os paranaenses, que é o Coritiba. E se fosse o Atlético, seria igual. Estaríamos lá, defendendo o Atlético. Porque era uma causa muito maior que o Coritiba, era uma causa do Estado do Paraná. Por isso a Assembleia Legislativa se fez representar. Nós queríamos mostrar que o Paraná se importava com a situação do Coritiba. Estavam lá o Senador da República, um Deputado do Estado do Paraná, que era eu, dizendo: estamos aqui porque isso é importante para o Paraná. São 3 milhões de torcedores e estava havendo um linchamento do Coritiba, como se aqueles invasores representassem os 35 mil torcedores que estavam no campo naquele momento ou também a torcida do Coritiba. A punição sabíamos que deveria acontecer e que seria justa, mas 30 jogos era quase que decretar, o fim do time. Mas, essa eloquência, a verbalização do que dizia Paulo Schmidt, foi além da função de Procurador e até digo que ou foi incompetência, porque você propor algo que não está previsto no Código, 30 jogos de suspensão, dizendo que cada evento era um, mudando a interpretação, criando uma jurisprudência para o futuro em cima do Coritiba, ou era má-fé.

Ontem, vi o Fernando Gomes dizer que ele tem cisma do cão policial. Talvez seja isso, porque passou do ponto e era uma agressividade. Não sei se ele queria aparecer na televisão e dar entrevista, isso ele conseguiu mas passou do ponto o que ele fez com o Coritiba, tanto que se o Coritiba tivesse sido punido com a lei diz, com 10

jogos na primeira instância, agora poderia pleitear uma redução menor. Mas não, ele puniu com 30, o Coxa saiu com a maior punição da história do Brasil e ainda saiu contente, isso em função do Paulo Schmidt, que passou do ponto, passou daquilo que a lei prevê que ele faça. Isso é uma coisa lamentável que eu queria dizer.

O Coritiba agora terá que jogar 10 jogos em uma Cidade a mais de 100 quilômetros de distância. Ponta Grossa seria uma ideia interessante, mas é que se exige no mínimo 15 mil lugares e o estádio lá só tem 8 mil lugares. Londrina e Maringá estão com os estádios interditados, sendo que está sobrando por enquanto Joinville como opção mais próxima. De qualquer maneira, o dano é muito grande, mas tenho que parabenizar o trabalho feito pelo jurista René Dotti, pelo presidente Jair Cirino, pelo Vilson Ribeiro, vice-presidente, porque realmente foi um trabalho importantíssimo que reduz uma pena que era injustificável ao Coritiba para 10 jogos, o que também é muito grande.

E queria prestar contas à Casa dessa reunião no STJD porque a história do Coritiba poderia ser perdida ali. Estamos falando de 35 mil pessoas que foram ao estádio, estava no estádio, era uma festa linda que acabou triste. São 3 milhões de torcedores. Porque quando há punição no STJD, ele não é para acabar como time, tanto que dos sete Juízes do STJD que julgaram o caso, foi por unanimidade a diminuição da pena imposta ao Coritiba e todos disseram nos seus pronunciamentos que a propositura do Procurador era ilegal, ou seja, passou-se do ponto, prejudicou -se demais o Coritiba, uma situação que não poderia ter acontecido. Era isso, meus colegas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência cumprimenta o Deputado Stephanes Júnior, porque na semana passada, com a vinda do nosso vice-presidente do Coritiba, toda a Assembleia foi solidária, tivemos a distribuição de camisas, ele fez um discurso da tribuna e valeu a sua participação, porque a Assembleia inteira e o povo do Paraná estava torcendo por essa absolvição do Coritiba, uma punição que é grave mas que é bem melhor do que os 30 jogos e os R\$ 600 mil.

Parabéns a V. Exa!

Horário das Lideranças:

Encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, em especial as pessoas que nos acompanham através da TV SINAL.

Deputado Rossoni, este final de semana tive o privilégio de trabalhar de quinta-feira até sábado à noite em 20 Municípios, fazendo visitas de prestação de contas, conversando com as lideranças e também aproveitando a oportunidade para ouvir o que as pessoas falam sobre eleições, o que estão pensando. Interessante, primeiro ainda aguardam claramente as definições, tanto em nível federal quanto em nível estadual. Mas, uma coisa que pude perceber ouvindo as reivindicações para saber o que a população está mais cobrando, e uma das primeiras coisas que me cobraram em uma das pequenas Cidades que passei foi a questão do projeto para a segurança do Governador, aquele projeto, que parece que está aqui na Assembleia, mas parece que não vai adiante. Teve uma liderança que me disse o seguinte. Deputado Rossoni, olha: “A nossa Cidade aqui tem um policial militar para atender aproximadamente 10 mil pessoas. E o Governador quer quatro policiais para atender só ele, depois que ele deixar de ser Governador. Que história é essa?” Fique imaginando, que interessante, um policial para atender 10 mil pessoas no interior, mesmo que fosse dois, seria dois para 10 mil.

O Governador, está no projeto que está aqui, quer quatro para atender só a segurança dele, e temos um policial para atender a segurança de 10 mil pessoas. E na região de Campo Mourão não está muito diferente disso não. Ouvi ainda há pouco, o pronunciamento do Deputado Mauro Moraes falando do aumento que o Governador quer passar para a Polícia. O que nos chama a atenção Deputado Rossoni e Srs. Deputados, é que o Governador que está assumindo, o Governador Pessuti, pode até ter boa vontade de repente dar o aumento, mas tem previsão no orçamento Deputado Rossoni para entrar esse dinheiro que eles estão falando em dar de aumento? Não estou sabendo disso. O que eu sei é que inclusive reduziram o dinheiro da Segurança Pública no Paraná, R\$ 170 milhões eles retiraram do orçamento para a Segurança Pública. Então, eles trazem projeto de bondade para dizer que vão dar aumento de salário para a Polícia Militar, mas é só para caracterizar, porque estamos em ano eleitoral. Na prática, acho que esse aumento não vai acontecer. Pode até ser aprovado aqui pela Assembleia Legislativa, mas depois o Governo vai alegar que não tem orçamento para cumprir com o aumento, vai ficar enrolando, dizendo: “Olha, o aumento vai ser no mês que vem. Não, vai ser no outro mês”. E a população, que precisa de Segurança Pública, não vai ser beneficiada, porque não sei se vai chegar esse aumento para os policiais militares. E ainda fazendo uma separação, querendo dar mais aumento para aqueles que ganham mais e menos aumento para aqueles que ganham menos. E aí vem dizer que é o político que faz campanha ou que beneficia, no seu trabalho, os mais pobres, os que mais precisam. Não dá para entender isso.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?
(Assentimento)

Deputado Douglas, a respeito desse assunto, da proposta do Governo para os policiais, era muito importante que nós, Deputados, promovêssemos uma Audiência Pública. Por quê? Eu tenho algumas preocupações e vou deixar aqui registrado. Segundo a proposta do Governo se retira o artigo 107 da Lei nº 6417 de 1973, que prevê escalonamento vertical, o valor do soldo será fixado para cada posto ou graduação com base no soldo do posto do Coronel da Polícia Militar, observados os índices estabelecidos em tabela de escalonamento vertical. Está correta a proposta para Coronel, Tenente-Coronel, Major e Capitão. Depois de Capitão existe uma diferença de até 40% para 1º Tenente, 2º Tenente, Aspirante e assim vai até mesmo o Soldado.

Portanto, precisamos debater, porque foi revogado, através da proposta do Governo, o artigo 107. Esse escalonamento teria que ser vertical. Aí estaríamos de pleno acordo. Porque o Soldado, o Sargento, o Subtenente e até o Capitão não estão recebendo o reajuste correto. Essa é uma opinião pessoal. Por isso que a Audiência Pública é necessária, para que possamos debater essa proposta, para que o reajuste siga os mesmos critérios que acontecem em Brasília, no Distrito Federal e em outros Estados do Brasil. Precisamos debater muito esse assunto. Gostaria de deixar registrado.

Muito obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Agradeço as informações, Deputado Marcelo Rangel. Alguém sabe me dizer dos concursos que o Governo fez, se fez concurso, se já saiu o resultado, já contratou algum policial, aumentou o número de policiais no Paraná? Até hoje eles não responderam o meu requerimento para saber o número de policiais que tem hoje trabalhando no Estado do Paraná e o número de policiais que tinha há 10 anos. Eles vêm aqui com documento, fazem aqui o circo e na prática chamam todos nós de palhaços e também a população do Paraná, porque se você vai a um Município tem um, dois policiais para cuidar da Segurança Pública de 10 mil pessoas. Aí fala que vai dar aumento de salário. Ficaram oito anos e não aumentaram o número de policiais, se aumentaram foi muito pouco. E agora vêm com essa conversa de fazer um aumento de salário e ainda apresentam um aumento diferenciado.

O Governo está saindo e deixando muito a desejar na área da Segurança Pública. E aí ouço alguns Deputados falando que o PMDB reuniu “x” mil pessoas. Devem ter reunido “x” mil pessoas para pedir para cuidar da Segurança Pública. Devem ter divulgado que iriam falar de uma solução para a Segurança Pública para ir tanta gente. Fora isso não vejo motivo! Não dá para imaginar que tenhamos no Estado do Paraná um Governo que não se preocupa com a Segurança Pública e só espera período eleitoral para apresentar projeto de aumento de salário, é o que é pior, não valorizando o Soldado, que é o que mais precisa, o que mais trabalha.

E o pior ainda, não aumentaram o número de policiais na Segurança Pública no Paraná. Não só policial militar, a Polícia Civil também. A Polícia Civil está com uma estrutura de anos atrás e precisando de melhores salários, precisando de contratações para poder atender melhor a Segurança Pública do Estado do Paraná. Fica naquela história do digo que faço, mas não faço. A imprensa noticiou que vai fazer e com isso a população não é atendida. O que sei é que tem Município do Paraná que tem um Soldado para cuidar de 10 mil pessoas. Isso eu sei que está acontecendo!

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Essa proposta do Governo veio dias antes da votação da PEC nº 064, que oferece garantias, que não é reajuste de salário, mas oferece uma garantia para o profissional da área de Segurança. O senhor está repleto de razão. Parabenizo-lhe pelo seu pronunciamento. Está corretíssimo. Mais uma vez, volto a pedir para que possamos abordar esse assunto dessa proposta do Governo para Segurança Pública do Estado por meio de uma Audiência Pública, com representantes de toda guarnição.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Marcelo Rangel. Obrigado, Deputado Anibelli, V. Exa. que é um brilhante Deputado nesta Casa e preside a Sessão, neste momento, que nos ajude a cobrar do Governo.

Agradeço a atenção de todos e, Deputado Rossoni, vamos juntos mostrar que este Governo não é tudo que estão falando nos discursos.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Democratas.

(Declina).

Bloco PSB/PRP/PV. Com a palavra o Sr. Deputado Wilson Quinteiro. V. Exa. dispõe de 10 minutos.

**Liderança do Bloco PSB/PRB/PV:
Deputado Wilson Quinteiro
(PSB)**

O SR. WILSON QUINTEIRO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, hoje, para trazer algumas notícias que imputo bastante relevantes e, também, importantes de divulgação. Aproveito este espaço para este fim. Quero fazer uma referência, até conversava agora, com o Deputado Dr. Batista, a respeito de um evento extraordinário que aconteceu em Maringá, um culto de ação de graças às autoridades locais, que foi realizado na Primeira Igreja Presbiteriana Renovada de Maringá, com o Pastor Jair Lara, com a presença e a posse do novo Presidente da Ordem dos Pastores de Maringá, o Pastor Eliseu de Carvalho que, também, é advogado. Não pude estar presente, mas todas as

autoridades de Maringá lá estiveram e, também, tiveram oportunidade de acompanhar um ato tão importante. Então, quero aqui de público fazer uma referência toda especial, me dirigir a toda comunidade evangélica de Maringá, contemplando a assunção do Pastor Eliseu, com toda diretoria, à Ordem dos Pastores. Até já aprovamos, aqui, um ato de referência ao Pastor pela posse. Portanto, fica o registro.

No Rio de Janeiro aconteceu, promovido pelo Partido Socialista Brasileiro, pelo nosso partido, o PSB, um seminário internacional, que nos deu a oportunidade de conhecer as experiências do Governo chinês e até as contradições daquele Governo, assim como os Governos de esquerda em Países capitalistas. Destas experiências gostaria de ressaltar algo muito importante e excelente. Quando falaram da questão da igualdade, da oportunidade que é apregoada pelo socialismo, nos deu uma expressão trazida pelo Chile e, também, por uma pessoa da Bolívia, que fez referência ao chamado socialismo comunitário. Foi aí que vi, numa reflexão muito aprofundada, a importância da organização de segmentos e das pequenas Cidades, dos pequenos Municípios, num programa em que podemos ter planos de Governo vindo justamente das comunidades.

Essa questão comunitária é um modelo que pode ser aplicado em qualquer estado da Federação, porém, precisamos ter um grande início para que o Brasil possa ter em suas comunidades a oportunidade de referência direta com o Governo. É evidente que, também, os Deputados, os mandatários, sejam Prefeitos, Vereadores, podem fazer esse elo. Porém, se não apresentarmos, não fizermos, uma avaliação quanto a esse modelo, que seria da ordem comunitária, não teremos como saber as grandes necessidades.

Hoje fiz uma vista ao Procurador-Geral de Justiça, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, e eu já falei acerca das ações do Ministério Público do Estado do Paraná. E lá no Ministério Público, aqui, do Estado do Paraná existe, por exemplo, um projeto ligado às promotorias comunitárias, esse projeto está na Capital do Estado e eu estou pedindo a oportunidade ao Ministério Público do Estado do Paraná para que possamos também levar esse modelo para interior, levar para as Regiões Metropolitanas, regiões onde existem os Municípios que não são sede de Comarcas, sabemos que uma Comarca compreende vários Municípios e não temos algumas ações ligadas ao interesse e às necessidades da comunidade. E o Ministério Público entra nisso com um papel fundamental para que os Governos possam ser chamados, solicitados, a cumprir as suas funções. Portanto, essa visita hoje ao Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, Dr. Olympio de Sá Sotto Maior, me deu a oportunidade de fazer essa referência e de buscar um caminho, de estudar a refletir desse trabalho que o Ministério Público vem fazendo, aqui no Estado do Paraná. Portanto, todos os Deputados têm a oportunidade de buscar, Deputado Douglas Fabrício, buscar na sua região, por exemplo, de

Campo Mourão, o Ministério Público levantando em Municípios que o senhor também representa, como Barbosa Ferraz, Municípios da região de Campo Mourão, o Ministério Público atuando em conjunto com os Parlamentares, com os Prefeitos, com os Vereadores, dando ensinamentos e orientações para que possam ser realizados grandes projetos para toda a comunidade.

Ressalto também, acho que todos os Deputados receberam da OAB do Paraná - Ordem dos Advogados do Brasil - um comunicado que diz respeito à Emenda Constitucional nº 544/02. Essa emenda constitucional diz muito ao Paraná, estão pedindo os Parlamentares, um trabalho em conjunto para a criação do Tribunal Regional Federal do Paraná, onde possamos ter a sede, aqui, no Paraná, buscando contemplar também o Estado do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e o Paraná, porque, o Tribunal Regional Federal, e aqui diz muito bem o nosso Presidente da OAB do Paraná, José Lúcio, os advogados do Paraná têm dificuldades muitas vezes, apesar da questão da internet, dos sites, mas existe uma grande dificuldade dos advogados acompanharem os processos no Tribunal com sede em Porto Alegre, processos que vieram de Maringá, de Campo Mourão, de Umuarama, que saíram, são julgados e processados em Porto Alegre.

Portanto, a busca da Ordem dos Advogados, no sentido de fazermos um trabalho em benefício dos jurisdicionados do nosso Estado, de Santa Catarina, que é mais próximo, e também no Mato Grosso do Sul é absolutamente relevante. E, por conta disso, já apresentamos um requerimento, todos os demais Deputados aprovaram, uma moção de apoio para aprovação da PEC nº 544/02, que estabelece a criação do quadro do Tribunal Regional, aqui, para o Estado com sede em Curitiba.

Então, temos que fazer esse relevo, destacar essa importância para também pedir à bancada dos Deputados Federais, aos nossos Senadores do Estado do Paraná, e por que não dizer dos Deputados Federais de Santa Catarina, e também do Mato Grosso do Sul e seus Senadores, para que realmente tenhamos a aprovação. E existem, aqui, outras informações que já tiveram o parecer favorável no Congresso Nacional da Comissão de Constituição e Justiça, a aprovação pelo Senado, e está na tramitação e é um projeto desde 2002.

Portanto, ressalvo que chegou o tempo de termos o Tribunal Regional Federal, aqui, no Paraná.

Conclamo a todos os Deputados, para que possamos fazer juntos essa luta, tanto aqui dos nossos estados do Sul, como também colocando o Mato Grosso do Sul, para que a sede venha para Curitiba.

Concedo um aparte ao Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Wilson Quintero, V. Exa. está coberto de razão, com o assunto que traz. Já está na hora, está maturando, ele receber o Tribunal Regional Federal. Isso

desafogaria, como V. Exa. colocou, a questão em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e beneficiaria os Estados do Paraná e de Santa Catarina e, conseqüentemente, seria melhor para o Brasil. Isso é desenvolvimento.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Pode contar com o nosso apoio.

O SR. WILSON QUINTERO (PSB)

Muito obrigado, Deputado Douglas Fabrício.

São desses apoios que o Brasil precisa. Temos que ter uma visão da organização judiciária do nosso Estado, membro da Federação, que é o Paraná. Mas, não podemos nos esquecer dessa questão da divisão da Justiça Federal. Em um primeiro momento é muito mais próximo de nós a Justiça Estadual. Mas, é verdade que com a regionalização da Justiça Federal, todos os jurisdicionados no interior do Estado, estão contemplados com a Justiça Federal, desdobrada em outras Cidades-polos, como há em Campo Mourão, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu e Apucarana. A Justiça Federal está presente no território paranaense. Merecemos e vamos lutar pelo Tribunal Regional Federal, com sede em Curitiba, também abrangendo territorialmente de uma forma jurisdicional o Estado de Santa Catarina. Porque é bom para os nossos irmãos de Santa Catarina e também para os nossos irmãos do Mato Grosso do Sul.

Com essa oportunidade fica o nosso registro. Fizemos esse requerimento. Estamos encaminhando ao Presidente do Senado Federal, ao Senador José Sarney, ao Presidente da Câmara dos Deputados, ao Deputado Michel Temer, a todos os Senadores do Paraná e também às demais bancadas, ao Presidente do TRF-4, Desembargador Federal Wilson, ao Presidente da Associação dos Juizes Federais do Paraná, Dr. Anderson F. da Silva, que é Juiz Federal em Maringá e também ao nosso querido amigo, Dr. José Lúcio, que é o Presidente da Ordem dos Advogados da Seção do Paraná.

Fica o registro e o pedido de apoio aos Parlamentares, mas também a população do Paraná, para que a Justiça Federal, o Tribunal Regional Federal, tenha a sede na nossa Capital, em Curitiba.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência cumprimenta V. Exa. pelo relevante assunto levantado nesta tarde, que terá o apoio de todos os Srs. Deputados.

Concedo a palavra ao próximo orador, Deputado Elton Welter, no horário do PT.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é gratificante poder falar no horário da liderança do meu partido, em um momento em que vivemos na Nação bons resultados.

Tive o privilégio, na semana passada, na quarta-feira de estar em Brasília, conversando com o nosso Ministro do Planejamento, que estava acompanhado de vários Deputados Federais do Paraná e dos Senadores Osmar Dias e Flávio Arns. Foi apresentado o que deverá ser o anúncio do PAC-2. Lá estiveram presentes, só da Região Oeste do Paraná, 43 Prefeitos e também Prefeitos da região do Território da Cidadania, que é uma ação deste Governo. No Paraná são quatro Territórios reconhecidos da Cidadania, que recebem investimentos de vários Ministros, são as regiões que têm maior pobreza e menor IDH para alavancar essas regiões.

Vim aqui para falar exatamente do PAC-1, dos seus três anos, dos resultados. O PAC-1 tem trazido ao Paraná tantas e tantas ações que estão acontecendo, algumas ainda não aconteceram muitas vezes por falta de agilização de projetos, pela primeira vez na história do País está havendo falta de engenheiros, de técnicos que possam ajudar a implementar ações para executar aquilo que é planejado do ponto de vista das obras neste País e aqui no Estado.

Por exemplo, em 2014 teremos a Copa do Mundo, e para preparar as Cidades para a Copa do Mundo são necessários grandes investimentos e já há notícias que tem empresas internacionais que estão vindo para cá, participando das concorrências para dar conta da execução de projetos fundamentais que precisam ser executados nas Cidades que sediarão os jogos da Copa.

Hoje, o Brasil está vivendo um problema de capacidade técnica, tanto é que está se investindo mais, criando mais universidades para formar mais engenheiros, formar mais técnicos de nível médio. Aqui no Paraná três universidades novas foram criadas, fora as escolas técnicas profissionalizantes. Há um balanço muito legal acerca disso, que merece uma atenção especial, só no setor da Educação.

Com relação ao PAC, no Paraná há previsão - e já tem ações executadas que são importantes, porque muitas vezes a memória de muitos é fraca - o Paraná tem previsão de investimento, até 2010, de R\$ 29,6 bilhões, após 2010 R\$ 15,9 bilhões, esses investimentos são na área de logística, na área energética, na área social e urbana. Existem muitos investimentos e por onde passamos vemos ações muito boas do PAC. Muitos aqui têm suas bases nos Municípios e reconhecem isso, Deputado Duílio Genari, V. Exa. que é lá do Oeste do Paraná, da minha Cidade, todo mundo está comemorando o contorno oeste de Cascavel, uma obra de R\$ 47 milhões, que está em pleno andamento, está sendo executada dentro dos prazos e todo mundo aplaude. Recentemente foi assinado lá na região de Cascavel as marginais de Cascavel, também ações que acabaram sendo incluídas nas ações do PAC onde até Deputado Tucano, Deputado do DEM é padrinho dessa obra, e é bom que queiram capitalizar porque são ações boas, do interesse do Oeste do Paraná.

Deputado Enio Verri, o contorno de Maringá também está em pleno andamento, uma obra fantástica que está sendo executada com todo rigor, que ajuda a melhorar o trânsito, diminui os acidentes e faz com que haja uma melhoria na circulação das pessoas pelo Paraná.

No Paraná também foram executadas muitas linhas de transmissão para melhorar a questão da energia elétrica. Os investimentos, até o Deputado Tadeu, na parte final do seu pronunciamento, falava dos investimentos da PETROBRAS aqui em Araucária, investimentos milionários que de fato vão dar muito mais riqueza para o Paraná, para o Brasil e certamente para todos os paranaenses. Então, precisamos comemorar muito!

Os investimentos na área da Habitação, que muitas vezes algumas coisas não andam, às vezes por uma questão da boa articulação que tem que ter com a Companhia de Habitação do Paraná, as obras de saneamento também, eu participei já de várias assinaturas de ações concretas na área de saneamento básico, são milhões de reais que estão sendo investidos, a capacidade de execução dos projetos só não é maior, muitas vezes, por falta de gente capacitada para a execução, nos projetos muitas vezes ocorrem falhas técnicas, precisam ser corrigidos, isso é normal na gestão pública, mas nunca antes na história deste País teve tanto dinheiro para solucionar problemas desta República, e isso atende todos os Entes Federados.

Sr. Presidente, os investimentos da região aqui de Curitiba, se formos pegar todos os investimentos que estão acontecendo aqui, na questão de infraestrutura social e urbana, se considerar Curitiba na urbanização de favelas, com reassentamento de famílias em beiras de córregos e áreas de riscos, no Parolin, foram feitas ações, nas bacias do rio Barigui, Iguaçu, Belém, Atuba, Formosa e Ribeirão das Padilhas. O que não está executado vai ser. Ações do PAC não tem contingenciamento, é uma questão de agilizar documentação e as coisas vão acontecendo dentro do prazo programado, ou com prorrogação de prazo, porque há capacidade financeira da União para financiar essas obras. Nas ações do PAC não há contingenciamento de recursos.

Então, muitas ações realmente representam essas ações do PAC que, de fato, vão se definindo, ficando claras quando muitas vezes se esquece de falar.

O Estado do Paraná está recebendo muitos investimentos do Governo Federal. Seria salutar que até as lideranças nacionais ou o nosso Ministro pudesse vir aqui falar do que andou e o porquê de muitas coisas não estarem caminhando como deveriam. E certamente o Estado do Paraná, os Municípios do Paraná, independente de partido político, inclusive a Cidade de Curitiba está sendo muito beneficiada pelas ações do PAC.

Sr. Presidente, estamos no dia a dia acompanhando, visitando todos os Municípios, há um orgulho muito grande de todos os paranaenses, e as ações do PAC vão acontecer em todos os Municípios do Paraná.

O PAC-2, que será anunciado no dia 28 de março, terá algumas novidades. Terá investimento na área de infraestrutura urbana e rural, para Municípios de pequeno porte também. Os Municípios que quiserem se antecipar, elaborar projetos na área de infraestrutura urbana, por exemplo, podem se preparar para isso que terá recursos. Municípios que ainda tem as escolas estadual e municipal trabalhando junto, vai ser possível fazer a separação e terá recursos. Na área de creche, todos os Municípios que precisarem, haverá previsão para isso.

O Paraná de fato é um Estado que está sendo beneficiado pelo PAC. Temos que reconhecer que podem ter ações que não aconteceram como deveriam ter acontecido, mas há uma disposição muito grande para que as coisas aconteçam. Falei aqui, da falta muitas vezes de engenheiros, de técnicos, para conseguir cumprir os prazos.

Concedo aparte ao Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Welter, quero fazer duas ressalvas se V. Exa. me permitir. Primeiro, a recuperação da Rodovia 153 que faz parte do PAC. Porque tudo é PAC. A previsão orçamentária era de 25 milhões. Foram gastos 27 milhões. Sessenta dias depois de terminada a obra, se você for viajar na Rodovia 153, parece que não há conservação há mais de ano.

Quando o Tribunal de Contas da União indica irregularidades em algumas obras, há de se respeitar

A 153 é a prova da irregularidade. Gostaria que V. Exa. já que entende muito do PAC, também há uma obra que o Presidente Lula veio ao Paraná com toda a festa e fez o lançamento da reurbanização de um bairro, de uma vila em Piraquara. Quero avisar a V. Exa. que há mais de um ano e meio está obra está paralisada. Seria bom dar uma verificada para que essa obra tivesse andamento, porque foi um compromisso assumido pelo Presidente Lula. Outra obra que quero lembrar a V. Exa., quando V. Exa. vai a Paranaguá pode verificar, que tem o laboratório que o Presidente Lula veio há quatro anos atrás inaugurar e que o laboratório está no meio do mato ao lado da rodovia que vai a Paranaguá. São três ressalvas que faço ao seu pronunciamento e pode ser que V. Exa. explique, por que esse laboratório está ali abandonado, porque a 153 foi recuperada há 60 dias atrás e está como se não tivesse sido recuperada e foi gasto 25 milhões e porque a obra de Piraquara está há mais de um ano paralisada?

Lembrando de memória rapidamente.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Não sou especialista em PAC, vim aqui relatar ações do PAC de forma geral. Reconheci possíveis erros em algumas questões. Acho que está dando dor de cotovelo muito grande no PSDB, porque as ações são feitas em todo País e aqui no Estado tem dado um impacto positivo em toda a sociedade. Inclusive na próxima quarta-feira a tendência de haver a divulgação de uma

pesquisa onde a Ministra Dilma já pode estar a frente do candidato concorrente o Governador de São Paulo. Não tenho os conhecimentos técnicos, temos informações da imprensa. Ações do PAC não tem contingenciamento, ações do PAC que estiverem bem resolvidas acontecem e ao Estado às vezes tem limites para isso e de fato ocorrem falhas. E quem reconhece falhas sabe que pode consertar ali na frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Horário da Liderança do Governo Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje estamos comemorando o dia mundial do consumidor. E claro que um dia como tantos outros, mas é preciso usarmos de uma data como essa para refletirmos algumas coisas. Ainda sou do tempo onde quando entrávamos em um supermercado nós não prestávamos muito atenção na latinha de ervilha, ou de sardinha para saber se estava estufada ou de tamanho normal. E quantos de nós já não comemos latinha estufada, comemos às vezes pacote de bolacha embolorada, ou uma mortadela vencida, remédio que não funcionava mais porque a data de validade tinha passado.

O brasileiro durante anos e anos, como outros Países periféricos, nunca se importou muito com isso. E a consequência disso foram muitas vezes doenças, mortes e até muito remédio tomado que não tinha efeito nenhum. O cidadão pensava que o médico tinha errado na receita, mas as vezes o remédio já tinha perdido a validade há muitos meses. De repente o Brasil experimentou o código de defesa do consumidor, uma legislação que trouxe uma novidade extraordinária ao País. Fez com que a dona de casa, nós mesmos, usuários de medicamentos e tantos outros comessem a prestar atenção naquilo que talvez, é o mais importante, o que estamos comendo, o que é que estamos ingerindo, do que é que estamos sobrevivendo.

Como dizia o pai da Medicina “somos o que comemos”, ou seja, se a gente come coisa boa, a gente tem um corpo saudável. Come-se coisa ruim, nós teremos o corpo ruim.

O dia do consumidor tem essa faceta, traz para nós essa importante vigilância que todos temos que ter sobre aquilo que comemos e sobre aquilo que se produz no País.

É bom para a Saúde, é bom para o bolso, para não consumir coisas erradas. E quantos e quantos de nós, sabe-se que verdadeiras redes se formam na internet, para poder comprar em determinados supermercados. São grupos de consumidores que ao comprarem conjuntamente obtém um produto mais barato, de melhor qualidade.

Digamos que com isso há uma redução na carístia, uma possibilidade melhor do cidadão enfrentar os seus problemas, que já não são poucos.

Baseados nisso foi que apresentei aqui no ano passado em 2009, um projeto de lei que se tornou lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, lanchonetes e restaurantes, colocarem ao lado do preço do produto também algumas informações.

O cidadão é obrigado a informar lá no mercado quanto tempo demora aquele produto para vencer. Você tem que saber quantas calorias tem no pacote de bolacha. Você tem que saber exatamente informações que fazem bem para a saúde.

Você entra em um restaurante pede um prato qualquer, por exemplo, um pão com mortadela e uma tubarina ou um arroz, feijão com bife e o cidadão não te dá a mínima informação sobre aquele produto. Você não sabe se está comendo 30 ou 300 calorias. Se você está comendo um produto que tem glúten e quantos e quantos cidadãos tem problemas de saúde, porque tem intolerância ao glúten, que é uma parte do trigo. Quantos e quantos brasileiros não têm intolerância à lactose? Bebem muitas vezes o leite ou vão comer uma mandioca com cerveja, mas aquela mandioca antes de ser frita foi passada no leite e, o cidadão tem lá uma crise de asma, bronquite, porque comeu aquela mandioca que foi passada na lactose, ou é um diabético que não sabe que o produto foi preparado com um componente de carboidrato qualquer. Ou, é um cidadão que não pode ter o seu limite superior de triglicerídios ou do colesterol aumentado. Essa informação nem o Deputado Waldyr Pugliesi, nem o cidadão que está lá no restaurante, ele sabe do que é que está comendo.

Por isso, Deputado Waldyr Pugliesi, fizemos essa lei, para que ao lado do preço da comida venha essas informações. O cidadão tem que dizer quantas calorias ele está comendo, se tem glúten, tem carboidrato, incluindo a lactose, se tem triglicéridios, colesterol e outras informações. Se o cidadão não tiver essas informações ele é passível de uma multa de R\$ 500, mais de duas vezes o produto mais caro do cardápio. Na reincidência dobra, depois triplica e assim por diante. Essa lei não foi ainda regulamentada, está sendo regulamentada é a Lei de nº 16085 publicado em 17 de abril de 2009 no Diário Oficial e foi aprovada por esta Casa.

O que é mais interessante é que esta lei é pioneira no Brasil, no País. Não tem outra lei similar. O Paraná fez, só que ainda não está regulamentada. E nós, precisamos exigir que esta lei seja regulamentada. Porque é muito bonita, muito bacana, muito importante, em todos os sentidos. Mas, ela não pode ficar na gaveta. É preciso regulamentar.

Pedi ao Sr. Secretário da Saúde, em ofício, que chame o Conselho Paranaense de Nutrição, que é o conselho maior da classe dos nutricionistas, para que ouça o conselho quando da regulamentação da lei, para que isto seja feito da maneira mais adequada possível e para que

possa ser cumprida, para que o Paraná, de fato, dê um exemplo. Não no papel. Mas, dê o exemplo na prática, tornando efetivo algo que para nós é fundamental.

Por isso, Sr. Presidente e nobres Pares, ao comemorarmos hoje o Dia Mundial do Consumidor, é importante fazermos esta reflexão. O Paraná deu um exemplo de extraordinária magnitude fazendo uma lei que não existe no País, não conheço no mundo nada semelhante, mas precisa sair do papel e caminhar a passos rápidos para dentro dos restaurantes, bares, escolas, quiosques e similares.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Queria cumprimentá-lo pelo pronunciamento e queria também, nesta área da Saúde, porque acabei de receber uma foto maravilhosa, pediria ao pessoal da TV SINAL que mostrasse, que é nosso hospital regional de Ponta Grossa, que será inaugurado, foi confirmado hoje, dia 31 às 15h. Está na televisão, você pode ver, o hospital regional de Ponta Grossa, cinco andares, o hospital mais moderno do Paraná e que deverá ser inaugurado dia 31, agora. Esta aí nossa “casinha de bonecas”, “o cemitério”, que vai ser inaugurado dia 31, às 15h. Uma funcionária que vai trabalhar lá, tirou uma foto e me mandou, feliz da vida por arrumar emprego. Ela não está naqueles 100 mil empregos indiretos ou diretos. Está no hospital regional de Ponta Grossa. Maravilha. Parabéns pelo seu pronunciamento. E aí está nosso hospital.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Parabéns a V. Exa. que lutou tanto por este hospital. E aliás, hoje vamos votar o nome do hospital, um projeto de V. Exa. homenageando o pai do Governador Roberto Requião.

Era isto, Sr. Presidente e nobres Pares, apenas para parabenizarmos todos os consumidores que somos nós, para consumirem mais. Outros com menos, que consomem menos. Outros, praticamente, nada podem consumir. Mas, dizer que aqueles que podem consumir, pelo menos aqui no Paraná, contam com o beneplácito e a proteção desta Lei de nº 16085, publicada no Diário Oficial do dia 17 de abril do ano passado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 019/10, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando incluso anteprojeto de lei que institui o Programa Universidade sem Fronteiras. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem n° 021/10, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando incluso anteprojeto de lei, dispondo que a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP, fica autorizada a prestar apoio técnico, administrativo e financeiro, através de recursos humanos, materiais, financeiros e estrutura física para consecução das finalidades do Conselho Estadual de Assistência Social, de Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso e do Conselho Estadual do Trabalho, vinculados na estrutura da referida Pasta. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício n° 030/10, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 15 de março do corrente ano, por estar em viagem ao Noroeste do Estado, visitando suas bases eleitorais e portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos. **À Comissão Executiva.**

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 08, 09, 10 e 11 de março do corrente ano, por motivo de repouso médico, conforme atestado. **À Comissão Executiva.**

Indicação n° 034/10, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a liberação de Patrulha Rural para atender as estradas rurais no Município de Ortigueira. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 035/10, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e a Secretaria de Estado da Educação, a construção de nova unidade escolar no bairro Jardim Boa Vista, no Município de Campo Magro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 036/10, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Superintendente de Desenvolvimento Educacional (SUDE), da Secretaria de Estado da Educação, a construção de salas de aula emergenciais no Colégio Estadual Nicolau Hampf, do Município de Castro. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 037/10, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Superintendente de Desenvolvimento Educacional (SUDE), da Secretaria de Estado da Educação, reparos e cobertura de quadra poliesportiva no Colégio Estadual D. Alberto Gonçalves, do Município de Palmeira. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Wilson Quintero constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 439/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a obrigatoriedade de acomodação, em espaço único, específico e de destaque, de produtos alimentícios recomendados para pessoas com diabetes, intolerantes à lactose e celíaca. **Aprovada. (Publ. no DA n° 100/09, de 31/08/09, em Projetos de Lei).**

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, na Sessão passada fiz uma ressalva a este projeto, porque onde se lê “silíaca” que se leia “doença celíaca”, porque senão fica errado. E parece-me, pelo que V. Exa. leu da súmula, que não foi corrigido.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Já foi corrigido, informa-me a assessoria, na redação final.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 687/09, de autoria do Deputado Elton Welter, que institui o Dia Estadual do Vinho, a ser comemorado no primeiro domingo do mês de junho de cada ano, no Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA n° 149/09, de 02/12/09, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que declara de utilidade pública estadual o Instituto Joaquim Cearense, com sede no Município de Itambaracá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ, APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 545/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a colocação de brinquedos para portadores de necessidades especiais em parques, praças e outros locais públicos que são destinados a prática de esportes e lazer. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDH. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ, APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Está em votação o substitutivo. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 621/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que denomina Rodovia Julio Motta a rodovia PR-182, no trecho de Santa Isabel do Ivaí/Loanda/ BR-376. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo, por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 042/10, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública estadual a Associação dos Moradores e Amigos dos Bairros Jardim Bandeirantes, Vila Industrial e Circunvizinhos - SABBI, com sede e foro no Município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 005/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que denomina Wallace Thadeu de Mello e Silva o Hospital Regional de Ponta Grossa. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. (Publ. no DA nº 001/09, de 03/02/09, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 005/09 COM RESPOSTA DE DILIGÊNCIA

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Jocelito Canto, tem o objetivo de denominar Wallace Thadeu de Mello e Silva o Hospital Regional de Ponta Grossa.

Após ter sido baixado em diligência à Secretaria de Estado da Saúde, retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

Fundamentação

O projeto em questão encontra sua legitimidade no âmbito constitucional, tendo em vista o que preconiza a Constituição Federal:

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

Quanto à iniciativa para legislar, o artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa pode iniciar leis ordinárias e complementares:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ocorre que a própria Carta Magna Estadual estabelece, em seu artigo 238, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridade de administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva e bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a Lei Estadual nº 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos nomes dos próprios públicos estaduais:

Art. 1º Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Desta forma, houve necessidade de baixa em diligência do presente projeto à Secretaria de Estado de

Saúde do Paraná, para que fosse verificado se o centro de saúde mencionado já não possuía denominação, com o intuito de não ferir o artigo 238 da Constituição Estadual ou o artigo 1º da Lei nº 8761/88.

Conforme se manifestou a Secretaria de Estado da Saúde, já existe em tramitação proposição de semelhante, buscando dar a denominação de “Wallace Tadeu de Mello e Silva” ao hospital de Guaraqueçaba. Desse forma, a decisão acerca de qual dos hospitais receberá o denominação desejada será feita pelo Poder Legislativo, devendo ser aprovada tão somente uma das proposições.

Ainda, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em tela não apresenta nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do acima exposto, diante da constitucionalidade e legalidade do presente projeto, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 005/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 005/09, de autoria do Deputado Jocelito Canto, tem por objetivo denominar Wallace Thadeu de Mello e Silva, o hospital regional de Ponta Grossa.

Chamada a opinar a Comissão de Saúde Pública atende como louvável a iniciativa do Deputado Jocelito Canto de homenagear este grande paranaense.

O médico Dr. Wallace Thadeu de Mello e Silva teve participação em diversos órgãos em nosso Estado, atuando com brilhantismo como psicólogo do Tribunal de Justiça, diretor de criminologia do DEPE, diretor do serviço vocacional do Colégio Estadual do Paraná, professor da UFPR, entre outros.

Foi Vereador de Curitiba e, em 1951, foi eleito Prefeito da Capital.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável, opinando pela aprovação da proposição que denominará o Hospital Regional de Ponta Grossa como Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva, uma obra que foi executada com empenho e visão pelo seu filho, Governador Roberto Requião.

Sala das Comissões, em 10/03/10.

(aa) TADEU VENERI - Presidente
NEY LEPREVOST - Relator

Em votação.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Para encaminhar, Sr. Presidente.
(Assentimento)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, é um projeto de lei que denomina o hospital regional de Ponta Grossa como Dr. Wallace Thadeu de Mello e Silva. Quero aqui deixar registrado que encaminhei também um projeto de lei para denominar o hospital regional de Ponta Grossa como Dra. Zilda Arns. Naturalmente esse projeto, apresentado pelo Deputado Jocelito, foi protocolado antes do projeto que encaminhamos e, naturalmente, está vindo na Ordem do Dia. Vejo com tristeza este momento, porque uma pessoa com o currículo e com tudo aquilo que a Dra. Zilda fez para as crianças, para a Saúde do nosso planeta, merecia ela ter no hospital regional de Ponta Grossa o seu nome, como referência, para lembrarmos sempre que citarem a Saúde da região dos Campos Gerais e das pessoas que o procurarem.

Então, deixo aqui registrado com tristeza esse momento de não podermos homenagear a Sra. Zilda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Sugiro a V. Exa. Deputado Plauto, porque há um projeto meu dando o nome da Dra. Zilda ao hospital de Guaraqueçaba. Gostaria que V. Exa. fosse coautor desse projeto, junto comigo, em homenagem à tão brilhante senhora. Que a Dra. Zilda tenha o seu nome lembrado não só para o hospital de Ponta Grossa ou de Guaraqueçaba, mas em tantas outras Cidades nós poderíamos, todos nós, lembrar da Dra. Zilda em todas as obras que viessem para mostrar ao Brasil e a nós paranaenses, ou àqueles que não a conheceram, não tiveram a felicidade de conhecê-la, da grandiosidade dessa mulher.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu levanto a seguinte questão de ordem, porque segundo o Regimento, um projeto que fala sobre o mesmo assunto foi protocolado numa data bem anterior a esse que está hoje aqui na Casa, o Projeto nº 831, que foi protocolado no dia 26 de novembro. Portanto esse primeiro projeto que fala também sobre a mesma matéria, deveria ser apreciado pelo Plenário da Assembleia Legislativa antes do projeto que está agora na pauta. Portanto, além de abordar esse assunto como questão de ordem, também concordo plenamente com o Deputado Plauto Miró, acho que é justa a homenagem a um hospital público, um hospital que recebeu um projeto aqui na Assembleia Legislativa com a denominação de Zilda Arns. Acho que é uma justa e grandiosa homenagem a uma pessoa de grande importância para o Estado do Paraná. Mas também alertando para que o hospital de Guaraqueçaba, que cuja opinião de V. Exa. poderá se chamar Hospital Zilda Arns, já tem um nome pelo menos, segundo o site oficial do Governo do Estado, que é de Dr. Wallace Thadeu de Mello e Silva. Então, na verdade, estamos denominando duas vezes o mesmo nome para dois hospitais.

Gostaria de deixar essa questão de ordem registrada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Eu respondo a V. Exa. que o primeiro que foi levantado eu desconheço, porque não tramitou por esta Casa o projeto Wallace Thadeu de Mello e Silva. E respondo a V. Exa. na segunda, que existe um projeto do Deputado Jocelito Canto, o que me consta é anterior, e tendo passado pela Comissão de Justiça e ter chegado à Mesa, e não fui eu que incluí, mas está incluído e requer a prioridade de acordo com a votação. Não podemos ficar aguardando projetos da Comissão de Justiça, entrar quatro ou cinco projetos. É a minha opinião como Presidente eventual desta Sessão.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, só passando aqui a informação, na verdade o projeto deu entrada no dia 3 de fevereiro de 2009, projeto que denomina Wallace Thadeu de Mello e Silva o hospital regional de Ponta Grossa. E o projeto em questão, da questão de ordem que nós formulamos, é do dia 26 de novembro de 2007. Também gostaria de colocar como questão de ordem é que esse projeto também precisaria ser analisado pela Comissão de Obras, e não tem o parecer dessa comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Respondo a V. Exa. O Deputado Jocelito protocolou esse projeto no dia 3 de janeiro de 2009, e nesta data felizmente a Dona Zilda Arns não havia falecido, porque só pode nominar próprios públicos de pessoas falecidas, é uma lei desta Casa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero agradecer aos Deputados que estão felizes com o hospital. O hospital é uma obra. Até gostaria, no meu tempo, que a câmera mostrasse, deixei o laptop ali, com cinco andares o hospital. Fico feliz de ver aqui Deputados que chamaram de casinha de bonecas o hospital, querer dar nome para ele agora. Olhem lá que lindo, aquele é a casinha de boneca, aquele é o cemitério, aquele é o hospital que não iria sair, põe de novo, o horário é meu, eu que estou falando, põe o hospital para o Paraná ver, cinco andares, 150 leitos, 38 leitos de UTI, dia 31 vai ser inaugurado, não estarei presente, já vou comunicar que não estarei presente, porque o Governo marcou dia 31 à tarde e não faltarei a Sessão desta Casa, que é quarta-feira. O mais importante não é a inauguração, o mais importante é o hospital funcionar.

Outra coisa: a Dona Zilda não tinha falecido ainda. Ela estava viva, andando pelo País e pelo mundo levando o nome da Pastoral da Criança. Agora, discordo do Deputado Plauto Miró, não estou triste em colocar o nome do pai do Governador. Qual foi o único Governador que colocou um hospital em Ponta Grossa? Agora, homenagear alguém que atende um pedido nosso, meu e do Prefeito Wosgrau, que somos adversários políticos, nós dois juntos pedimos e o Governador Roberto Requião nos entendeu e nos atendeu. Fico feliz em ter um hospital e

fico feliz de homenagear alguém que já foi médico, alguém que tem uma história e que seu filho deu o que nenhum político deu à Ponta Grossa. Desde o nascimento de Ponta Grossa até hoje nenhum político deu o que Ponta Grossa está recebendo agora: 3 milhões por mês para ajudar a Saúde.

Acho que os companheiros aqui deveriam esperar o próximo Governo. Definam seus apoios agora, façam mais um hospital e daí coloquem o nome no hospital e pronto. Para quem chamava de casinha de boneca, eu teria vergonha de dar nome ao hospital: “Aquele casinha de boneca que não vai sair; hospital que não vai sair; é conversa do Roberto Requião, do Jocelito e do Wosgrau, papo furado.” Está aí, mostra de novo o hospital. Contra fatos não há argumentos. Pediria que mostrassem o hospital novamente, o hospital que não iria sair, casinha de boneca, só faltava o perfume do hospital. Está exalando perfume de progresso.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

É que ficou no ar. Gostaria de deixar registrado que o primeiro projeto é do dia 26 de novembro, denominando de Hospital Memorial Regional dos Campos Gerais. Claro que poderemos oferecer emendas para denominar o hospital de Zilda Arns, que segundo a bancada de Ponta Grossa faria uma homenagem a essa pessoa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

O que consta na mesa é o Projeto nº 005/09, protocolado no dia 3 de fevereiro de 2009. Em votação. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, todos aprovaram? Todos, não é?

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Gostaria de pedir verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Já tinha anunciado o resultado e dei a palavra como justificativa de voto para o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Os dois votaram a favor. Muito obrigado, Deputados! Muito obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, conheço V. Exa. há tantos anos e sei que é um Parlamentar com posições muito firmes, mas também muito tolerante. Sinceramente, o Deputado Marcelo Rangel não conseguiu evocar qual o artigo do Regimento para falar pela ordem. Deputado Rangel, se quer

votar contra, vote contra, registre o voto contra. Seja homem e tenha posicionamento. Agora, respeite aqui os Parlamentares desta Casa. Ninguém está aqui para fazer o seu capricho pessoal. O Deputado Jocelito tem razão, V. Exa., na campanha eleitoral, disse que o hospital de Ponta Grossa não existia, que era uma mentira, que era uma conversa de Pinóquio. Agora vem querer dar nome a um hospital que nem acreditava que iria sair. V. Exa. tem que respeitar os Parlamentares.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT) (Pela Ordem)

Deputado Romanelli, vamos acalmar um pouco, porque não é questão de falar se é homem ou não. Vamos manter a regra do Regimento Interno. Não precisamos fazer essa onda toda. Tenha calma!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta Presidência agradece ao Deputado Neivo Berardin.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 695/09, de autoria do Deputado Fernando Scanava, que declara de utilidade pública a Associação Cultural de Arapongas - Art Hope, com sede e foro na Cidade de Arapongas. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 151/09, de 07/12/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 695/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual a Associação Cultural de Arapongas - Art Hope, com sede e foro no Município de Arapongas.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 09/03/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/10, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de utili-

dade pública o Centro de Educação João Paulo II, com sede e foro no Município de Curitiba. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Aprovada. (Publ. no DA nº 008/10, de 23/02/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 044/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, declara de utilidade pública estadual o Centro de Educação João Paulo II, com sede e foro no Município de Curitiba, no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

No entanto, tendo em vista que a sede e o foro correto do Centro de Educação João Paulo II é o Município de Piraquara, no Estado do Paraná, sugere-se a Emenda Modificativa em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 09/03/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 044/10

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro de Educação João Paulo II, com sede e foro no Município de Piraquara, no Estado do Paraná.”

Sala das Comissões, em 09/03/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Inscrevo-me em Explicações Pessoais, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Quero registrar-me em Explicações Pessoais, também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exa. estão inscritos.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sobre a mesa, requerimento nº 509, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 544, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. Rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Este requerimento já foi discutido. Entendo que a questão, na verdade, é um tema que pode ser tratado a luz do interesse público, mas tenho que reconhecer que o Deputado proponente está procurando fazer única e exclusivamente uma discussão. Ele está convidado para ir à Secretaria de Estado do Turismo, e obter as informações em relação à questão dos investimentos e quanto que é o custeio mensal, até por que consta no orçamento do Estado. O Deputado pode acessar no seu gabinete o orçamento do Estado e verá exatamente, quanto está previsto em investimento mensal do custeio do Parque Estadual de Vila Velha, que é um patrimônio do Estado do Paraná, de toda sociedade paranaense, pela beleza natural.

Agora, indiscutivelmente, penso que o orçamento do Estado está muito bem claro e muito bem detalhado em relação a esse requerimento. Por isso, quero solicitar a nossa bancada da base de apoio ao Governo que vote pela rejeição do presente requerimento.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, respeito esta Casa acima de qualquer coisa. Nunca vão me ouvir proferir palavras de baixo calão e provocações para qualquer Parlamentar. Não faço isso porque não é o meu estilo. Vem de berço. Estou encaminhando o requerimento, porque a respeito da votação equivocada que foi nesta Casa, na Assembleia Legislativa, vou falar em Explicações Pessoais, mas respeitando a autoridade de V. Exa., Sr. Presidente, porque, acima de qualquer coisa, represento os cidadãos paranaenses, represento a região dos Campos Gerais, a Região Centro-Sul do Oeste do Paraná, a Região Metropolitana de Curitiba, e vou fazer isso até o último dia de mandato, honrando os votos que recebi com seriedade, honestidade e sem teatro na Assembleia Legislativa.

Vou fazer o meu encaminhamento a esse requerimento, porque solicitei ao Governo do Estado quanto foi gasto em turismo no Parque Estadual de Vila Velha, pelo

menos, esses últimos meses, gostaria de saber quanto foi investido. Isto, trago através de uma solicitação feita pelos Vereadores da Cidade de Ponta Grossa que me solicitaram. E é por isso que vim, aqui, trouxe o nosso requerimento para que seja aprovado pelos Srs. Parlamentares. E por isso peço o apoio, para que essa informação chegue ao meu gabinete para que eu possa repassar a todos os Vereadores da Cidade de Ponta Grossa. Mas, eu poderia subir a esta tribuna: senhor, Líder do Governo, o senhor poderia ser homem ou macho o bastante para aprovar esse requerimento e também não fazer provocações, em hipótese nenhuma, a um outro Parlamentar, colega, da Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, peço o auxílio dos Srs. Deputados para que esse requerimento seja aprovado.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Em votação o requerimento do Deputado Marcelo Rangel.

Utilizarmos o painel para a votação.

Resultado: duas abstenções; 20 NÃO; 11 SIM.

Votaram 33 Srs. Deputados.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 550, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 551, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 555 e 556, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 558 e 559, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 562, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 563, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 566, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 568, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 569, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 573, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nas Explicações Pessoais, consulto o Deputado Marcelo Rangel se fará uso dos seus 15 minutos?

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, Deputado Antonio Anibelli, só consulto a Mesa, sei que V. Exa. não tem agora como nos responder, mas na discussão do projeto, e eu não quis entrar na esteira da discussão, mesmo porque está se denominando o hospital, pretendesse denominar o hospital em Ponta Grossa levando o nome do pai do nosso Governador Roberto Requião.

É uma situação delicada, mas acho que o Regimento Interno jamais poderá ser desobedecido. Existe um projeto que antecedeu o projeto do Deputado Jocelito Canto, que é de autoria do Deputado Marcelo Rangel. No mínimo esse projeto que o Deputado Marcelo Rangel apresentou em 2007, que não tramitou no Plenário, tem que ser anexado. Por essa razão consulto V. Exa. que já é Presidente decano desta Casa, presidiu esta Casa por inúmeras vezes e é um Parlamentar democrático, efetivamente, que consultasse depois a assessoria da Mesa,

Que se o projeto do Deputado Marcelo Rangel, que foi apresentado com o mesmo teor de 2007 e o Deputado Jocelito Canto apresentou o projeto posteriormente, há um erro que tem que ser corrigido. Ele deve voltar para a Diretoria Legislativa, para que se sane exatamente essa dúvida. Não é possível que um projeto que tenha sido apresentado na Casa e um posterior tenha sido apresentado, em prejuízo àquele que antecede, aí, estaremos em um erro.

Consulto V. Exa., que sei que não tem conhecimento. Tenho o protocolo na minha mão, agora, do projeto do Deputado Marcelo Rangel. Esse projeto que foi votado hoje - não votamos contra - acho que todos os Deputados votam conscientes, independente do problema político que existe com os Deputados em Ponta Grossa. Devemos acima de tudo respeitar o Regimento Interno, aquilo que rege os ditames do processo legislativo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Respondo a V. Exa., que tem ocorrido algumas vezes projetos virem ao plenário, quando outros apresentados no mesmo teor não chegaram à Mesa. Se isso ocorreu, vamos verificar. Senão chegou, na legalidade, poderá ser revisto. Respondo a V. Exa. que só dei o nome aos meus filhos, nos meus filhos. Dar nome aos filhos de outras pessoas é mais difícil.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Seria isso que eu gostaria que V. Exa. determinasse à assessoria da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Responderemos a V. Exa., quando amanhã esse projeto voltará à discussão.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Mas ele só voltará em segunda discussão, após verificar se não tem outro um projeto, que antecedeu a esse.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Ele deve entrar amanhã em segunda discussão, com as explicações que V. Exa. está requerendo.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Marcelo Rangel, inscrito.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, o Deputado Elio Rusch está com a razão. Houve um erro na tarde de hoje na votação desse projeto. Não estou entrando no mérito, porque ele é constitucional.

Não tenho nada contra nenhum parente do atual Governador. Pelo contrário, fiquei sabendo que o histórico do Sr. Wallace é muito bonito. Mas temos regras. Se a Assembleia Legislativa propõe leis para todos os cidadãos paranaenses, elas precisam ser obedecidas dentro do Parlamento.

Por isso levantei a questão de ordem. Não tinha como votar um projeto que chegou à Assembleia de maneira equivocada, ao meu entender. E também não poderia votar contra, porque a constitucionalidade, na 1ª discussão, é abordada. Segundo a constitucionalidade, o projeto está correto. Com relação ao mérito, gostaria de discutir dizendo que é um hospital de grande importância para o Estado do Paraná, poderia sim homenagear as pessoas que deram suas vidas e assim o denominei de Hospital Memorial, e também àquelas pessoa que acabaram perdendo suas vidas por falta de leitos de UTI ou de leitos especiais. Por isso encaminhamos a sugestão de nome.

Quando o Deputado Plauto encaminhou a sugestão do hospital regional com o nome da Zilda Arns, achamos que seria uma grande homenagem. Falei ao Deputado que retiraria o meu projeto, que estaria com ordem prioritária para estar em votação aqui na Assembleia Legislativa em favor de um Deputado de Ponta Grossa, Deputado Plauto.

Portando, não vim aqui na Assembleia para bater boca com ninguém. Não vim aqui na tribuna para falar a respeito de um projeto, tentar me promover eleitoralmente. Digo aos senhores e senhoras que estão me ouvindo, é que houve um equívoco e levantei uma questão de ordem. Continuo levantando. Também preciso dizer que estarei na inauguração do hospital em respeito a milhares de pessoas que depositaram confiança no meu trabalho, e principalmente puderam acompanhar todos os meus pronunciamentos e todos os meus trabalhos aqui na Assembleia Legislativa em prol da Saúde, da construção de bens para os cidadãos paranaenses.

Estarei lá, assim como achava que seria muito interessante ter a presença de todos os representantes da

região dos Campos Gerais, os Vereadores, os Prefeitos das Cidades em torno, porque uma obra não é de uma pessoa, um hospital não é de um Vereador, de um Prefeito, de um Deputado e também não é do Governador. Uma obra é de cada cidadão, porque a Cidade de Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais contribuíram e muito. Por muitos anos de Cidade de Ponta Grossa foi a segunda Cidade em arrecadação de impostos. E a retribuição tem que vir como foram de dever para o nosso povo.

Lembro de meu primeiro discurso, e vou falar especialmente para quem está assistindo em casa: foi difícil subir aqui na tribuna, falar para os Deputados, para a televisão, para pessoas tão experientes que há muito anos detêm mandatos, Tremi na primeira vez que subi aqui na tribuna. Mas, lembro do que se tratava: da cobrança de uma obra importante, da cobrança dos leitos de UTI, dos leitos UTI pediátrica, do hospital que seria inaugurado em 2005 e não foi. Estou feliz e vou poder acompanhar, sim, a inauguração e todas as obras. Não importa se sou da Oposição, porque sei que tem trabalho de todos aqui. Não retiro o mérito de ninguém.

Mas, também preciso reconhecer que estive por muitas vezes usando este microfone pequeno para dizer o quanto era importante os investimentos que a Cidade de Ponta Grossa promoveu ao Governo do Estado, que os investimentos retornassem beneficiando as crianças, os jovens, os adultos, os idosos e principalmente em nome de um garotinho. Um garoto que infelizmente perdeu a sua vida em frente ao Hospital Santa Casa, porque não tinha leitos de UTI. Em 2006, como Deputado Estadual, lembro daquele garotinho, quando entrei falei assim: vou lutar até o último dia do meu mandato para fazer as cobranças necessárias. E estarei, sim, como Deputado, como representante de cada cidadão da minha região em todas as vitórias que o Estado do Paraná obtiver.

Nunca, em hipótese nenhuma, denegri o nome ou qualquer um em favor de alguma coisa que poderia me beneficiar. Pelo contrário, valorizo, falei do Prefeito, falei aqui do Parlamentar, falei do Deputado Plauto, falei do Jocelito, do Péricles, porque a meu ver a união é mais importante do que qualquer outra coisa. Sr. Presidente, deixo registrado mais uma vez que houve um equívoco, precisa ser revisto. Amanhã, na 2ª votação, poderemos oferecer emendas, mas preciso deixar registrada a questão de ordem e principalmente, em nome das pessoas que acabaram perdendo suas vidas e principalmente em nome de cada pessoa que está me assistindo neste momento, em consideração aos Parlamentares eu não faço nenhum ataque pessoal a ninguém, só digo que estarei, sim, na inauguração do hospital e estarei sempre cobrando, como Parlamentar que sou, benefícios para a nossa população, para o bem-estar de cada pessoa aqui do nosso Estado.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar eu queria dizer a V. Exa. e acho que é democrático e eu não sou nenhum anti-democrático que vou solicitar amanhã a retirada do projeto para que ele possa esperar a vinda dos outros dois projetos e que este Parlamento defina já que o problema é a questão de trâmite aqui dentro, vamos fazer o trâmite para depois ninguém dizer que nós passamos por cima de alguma lei. Não, não quero isso, não preciso disso, não quero botar um nome na marra, não preciso disso, jamais precisei então vou solicitar amanhã que venham os outros projetos, não vejo problema nenhum, deixe o Plenário decidir. Não é o nome do hospital que vai alterar a grande obra, não! Eu quis homenagear uma pessoa que acho que merece porque se o Governador não quisesse não teria hospital, é questão de vontade política. Muitos e muitos anos Ponta Grossa não tem esse hospital e ele chega nas mãos do atual Governador, então uma homenagem ao seu pai que foi médico também.

Então, Sr. Presidente, acho importante que vejamos outros projetos, mas quero deixar bem claro Deputado Rangel que este projeto passou na sua Comissão, passou na Comissão de Saúde que ele faz parte, Deputado Batista, V. Exa. estava lá. Não sei se o Deputado participou dessa reunião ou falou essa Sessão que deu esse parecer porque precisava o parecer da Comissão de Saúde e nesse dia o Deputado faltou, não assinou, não esteve presente nessa reunião. O projeto passou lá, passou na sua comissão e teve a maioria assinado pelo Deputado Ney Leprevost e os demais Deputados, então na Comissão de Saúde passou também que é o mais importante, a de Saúde, passou lá, a comissão que o Deputado reclama. Se ele tivesse ido à Sessão ou se ele foi à Sessão por que não questionou lá na Comissão de Saúde? Por que confusão no Plenário, por que não viram isso lá atrás, por que? Vejam como o Deputado Marcelo é, deitou o cabelo do Plenário para não ouvir, eu fiquei ouvindo ali, educado, fui educado e olhem que me chamam de grosso de vez em quando, mas eu fiquei ali, sentadinho. Ah, ele está voltando, é sinal de que vai ouvir.

Interessante é a obra, que é maravilhosa, cinco andares. Uma obra que a Cidade esperou a vida toda para receber. Quantas pessoas precisaram de hospital. Nunca ninguém deu para nós um hospital, passaram quantos Governadores, ninguém lembrou de nós.

Está lá a obra maravilhosa do hospital regional, um hospital que vai salvar tantas vidas daqui a 100 anos, 150 leitos, o nosso tem 180 leitos modernos, uma maravilha.

Sei que dói nas pessoas isso, porque o Deputado disse que não falou mal, que não ataca, mas chamou essa obra de casinha de boneca.

V. Exa. chamou de casinha de boneca, no seu programa de rádio que é o mais ouvido em Ponta Grossa, no

período eleitoral, 2006. Na véspera de eleição tenho a fita original.

O seu irmão riu da obra, debocharam, disseram ao povo que a obra não saía, eu andava nos bairros e dizia: os caras da rádio falaram que não vai sair, vocês estão nos enganando. Tenho a fita e mostro no rádio. Casinha de boneca. Aquilo só serve para cemitério. Só falta o perfume do hospital, está gravado não sou eu quem está falando. Falta a placa do hospital ouvi isso muitas vezes.

Confesso que ficava triste quando ouvia aquilo. É livre o arbítrio das pessoas que tem o direito da comunicação. Ouvi muitas vezes, ouvi a gozação, o risco. Mas a casinha de boneca está aí. Pediria ao câmara que mostrasse. Deixa o povo ver a obra espetacular que temos, que é esse hospital regional que está pronto e dia 31 será inaugurado. Um hospital desejado, esperado que muitos riram. Não sou pai de nada, não quero ser pai de obra nenhuma. Sei que ajudei a conquistar esse hospital. Eu e o Prefeito somos adversários. Brigamos, mas na hora nos unimos para fazer esse hospital.

Não tenho dúvida nenhuma que é uma obra maravilhosa. Questão de UTI, fui um dos que mais briguei para trazer UTI para Ponta Grossa. Quantas coisas nós fizemos para trazer as UTIs, caminhadas, cavalgadas. Fizemos de tudo. Hoje tem bastante UTIs.

Lembro-me do caso de um menino pobre, que um dia chegou em Ponta Grossa e estava morrendo, não tinha leito de UTI. Mas não fiz demagogia para o menino. Não tinha leito de UTI em Ponta Grossa não. Não tinha em lugar nenhum, só tinha no Hospital Vita aqui em Curitiba de particular. Um menino da favela, um menino pobre, sem pai, não tinham vaga para aquele menino. O hospital quando consultamos só aceitava colocar o menino se pagasse uma caução de R\$ 15 mil. E o que é que fizemos? Não tinha o que fazer para pagar. O Deputado Pastor Edson Praczyk me falou que não precisava caução, que era proibido. Mas, o que é que eu iria fazer, se o guri estava passando mal. Vou salvar a vida dele, fazer o que posso.

Fui lá, o guri ficou uma semana, foi salvo, graças à UTI. Custou R\$ 17 mil. E quem pagou foi meu salário de Deputado, fiz um financiamento para pagar os 17 mil. Durante um ano e pouco fiquei pagando a UTI daquele menininho, do Hospital Vita. Pouca gente sabe disso.

Quando se fala de saúde é preciso, acima de tudo, saber o que está falando. Não sou especialista em saúde. Vivo a saúde todos os dias. Sei que dói, se o Presidente me permitir quero mostrar esta fita, um dia, quero mostrar. Quero que V. Exa. analisem o que eu escutei, se eu estou certo ou não ao me indignar quando vejo discursos, e agora vejo pessoas querendo colocar um nome no hospital no qual eles não acreditavam!

Recebi aquela foto, agora, pelo computador. E o que diz a foto? É uma moça, uma funcionária que vai trabalhar no hospital. Ela foi ver o hospital no qual ela vai trabalhar daqui uns dias! Ela arrumou emprego! Tirou uma foto e orgulhosa, mandou para mim: “Deputado,

estou feliz, olha aqui o hospital”. e ela foi tão feliz, porque a foto foi num dia bonito, azul. E daí nasceu aquela foto maravilhosa, que o Diretor da TV não quer colocar, não sei porquê. Vou ter que falar com o Papa para colocar a foto. O Deputado não pode pedir as coisas, aqui. Mostra a foto, para o povo ver! Queremos ver. Não custa. Tem, que mostrar isso! Tem que mostrar a casinha de boneca.

Por isso eu fico indignado, porque na campanha passei por isso. Sofri os ataques, os risos. Teve de tudo, Sr. Presidente, e nós aguentamos. Na campanha, suportamos, aguentamos. Mas, não tem problema.

Não vou à inauguração se for em dia de Sessão. Porque quando você não falta Sessão, acontece como agora. O projeto passou pela Comissão de Saúde. O Deputado estava lá para dizer que estava errado? Acho que faltou à Sessão, neste dia. Não vi a assinatura dele no papel. É da Comissão de Saúde. Estava lá? Não estava? Por isso eu não faltou à Sessão. Tem que dar quórum. Tenho que ajudar a discutir. Se a inauguração for dia 31, às 15h, eu não vou. Não vou mesmo. Vou ficar aqui no Plenário. É um momento importante? É! Mas, já faltei as outras inaugurações, também, para ficar aqui, para dar quórum, para que os projeto dos outros Deputados, que eu respeito, sim, não a demagogia! Não a malandragem.

Mas, os Deputados que fazem projetos, aqui, estou sempre apoiando, dando quórum, não faltando nenhuma Sessão para que o projeto seja aprovado. Vou faltar, sim, não estou preocupado com a inauguração. Não quero ir lá aparecer. Já fiz minha parte.

Quando lançamos o hospital, minha filha, a Joce, que amanhã vai completar 18 anos, e ela não sabia o que queria. Quando terminou, tirei uma foto com ela, em frente ao terreno, não tinha nada. Mande revelar aquela foto e com muito orgulho, no dia seguinte, escrevi, à mão e entreguei a ela: olha, minha filha, teu pai não vai deixar muito, pouco tenho para deixar, mas vou te deixar algum patrimônio e um deles é este, este hospital; daqui 50 anos os seus filhos, seus netos, haverão de lembrar, que o seu pai ajudou a fazer este hospital, com seu trabalho, com sua força, com seu debate com o Governador, as brigas que tive por causa deste hospital! Até no momento de definir aonde seria o hospital, e se não tivesse hospital no *campus* da universidade, não teria a volta do curso de Medicina, que eu batalhei, eu e o Pedro discutimos onde seria o hospital, o Pedro fazendo força para ir para o CEFET e eu para o *campus*, porque eu queria voltar o curso de Medicina! O que eu fiz? Com mais influência que o Prefeito, eu sou Deputado, consegui levar o hospital, porque sabia que era importante o curso de Medicina e um hospital no *campus* da universidade!

Então, Sr. Presidente, encerro agradecendo a oportunidade. Sei que dói, sei que é doído, mas quem falou tem que aguentar! Ou vai lá e peça desculpas: estou pedindo desculpas. Se pedir desculpas, não falo mais. Peça desculpas publicamente, vai lá e diz: estou pedindo desculpas, fiz uma burrada, não devia, fiz campanha e

errei. Peça desculpas e aí pronto, não fala mais nisso. Agora, vamos parar com esse negócio de chorar para a galera. Querer dar nome a filho que não é seu! Nem a Constituição permite isso, você quer dar nome a um filho que não é seu!

Era isso, Sr. Presidente. Encerro deixando o meu protesto à TV SINAL, que não colocou, quando pedi naquela hora, a foto do hospital. Não sei quem manda lá, quem é Diretor, mas o Diretor não me atendeu. Fica o meu protesto à TV, que não colocou o hospital. Acho que melhor do que a minha fala é a imagem. Não há nada que seja superior à obra física, não há nada que seja superior a essa obra maravilhosa. Mas, um dia quem sabe eu seja alguma coisa na Assembleia e, possa determinar que ponha a minha imagem lá, o nosso hospital regional, o maior patrimônio dos nossos filhos e dos nossos netos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

V. Exa. não pode criticar a TV SINAL porque eles puseram quatro ou cinco vezes. E dizer, que acho errado e que quando estiver presidindo não deixarei mais colocar imagens de pessoas ou de monumentos ou de prédios públicos, porque senão vamos abrir um precedente e amanhã vamos querer mostrar algum recorte, alguma coisa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Quero concordar com V. Exa., mas é que estou deveras emocionado com o hospital. Então, peço desculpas.

É a emoção de mostrar. Então, desculpe-me pessoal da TV SINAL! É que o coração fala mais alto. Fica as desculpas à nossa valorosa TV SINAL, mas já foi a imagem mesmo e a outra está aí.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Antes de encerrar, esta Presidência registra que estiveram nas nossas galerias o Sr. Celso Martine, ex-Prefeito de Marialva, e o Sr. Álvaro Cassetare, advogado. Esta Presidência os recebe com muita satisfação.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 211 e 410/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 042/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 005, 695/09 e 044/10.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 007/10.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 003/10.

Levanta-se a Sessão.

Publicações Administrativas:

Procuradoria Geral

Pareceres

PARECER N° 065/10-PG

Protocolo n° 13745/09

Requerente: Sylvio Sebastiani

Sylvio Sebastiani, matrícula n° 00466, funcionário inativo deste Poder aduziu que foi aposentado pelo Decreto Legislativo n° 079/86, de 26/03/86, quando ocupava o cargo de Secretário de Comissão, Classe C, do Quadro Pessoal da Secretaria desta Assembleia.

Solicitou o requerente a incidência da gratificação de 100% (cem por cento) referente ao Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE, acrescida aos seus proventos; o enquadramento no final de carreira na categoria F-11, assim como a diferença dos vencimentos entre do nível E-7 e F-11, a contar de fevereiro de 2005.

Pois bem, antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer deve ser abordado um breve histórico dos fatos. O requerente ocupante do cargo de Secretário de Comissão, classe C, referência IV, do Quadro Pessoal da Secretaria desta Assembleia, foi aposentado pelo Decreto Legislativo n° 079/86, de 26/03/86, com proventos mensais e integrais, correspondente à Simbologia DAS-4, de acordo com a Lei n° 8124/85, acrescidos de 5 (cinco) quinquênios e 2 (dois) adicionais incorporados, conforme disposto na Lei n° 6174, 5 (cinco) triênios incorporados, nos termos do artigo 4º, parágrafo 1º, da Resolução n° 002/64 e 100% (cem por cento) do respectivo vencimento de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o artigo 6º, da Lei Complementar n° 021, de 26/10/84.

Promulgada a Resolução n° 007, de 31/08/04, a partir de abril de 2005 houve modificação no Quadro de funcionários desta Casa, momento em que o requerente deixou de perceber os proventos correspondentes ao cargo de comissão, simbologia DAS-4, e passou receber os proventos de cargo efetivo de Secretário de Comissão, simbologia NUE-7, *ex officio*, por ser a melhor opção de remuneração.

Feita estas ressalvas, analisamos os pedidos.

O Requerente solicita que seja concedida a gratificação de 100% (cem por cento) referente ao Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - TIDE, acrescida aos seus proventos incidindo sobre as demais vantagens.

Contudo, não há motivo para que o requerente formule tal pedido, uma vez que a gratificação de 100% (cem por cento) da TIDE há muito está incorporada e é percebida mensalmente pelo Sr. Sylvio Sebastiani, de acordo com as anotações constantes em sua ficha funcional.

Ainda, em relação ao TIDE em atraso o requerente já solicitou estes valores pela via do Poder Judiciário e será pago por meio de Precatório. (Requisição de Pagamento nº 250/09, de 24/06/09, conforme certidão anexada) (fls. 07).

Por estes fundamentos, está prejudicado o pedido quanto à incidência de 100% (cem por cento) referente ao Tempo Integral e Dedicação Exclusiva - TIDE nos proventos do requerente.

Quanto ao pedido de enquadramento no final de carreira F11 e o pagamento das diferenças que supostamente faz juz também está prejudicada a sua análise.

Isto porque, esta pretensão está sendo discutida judicialmente nos Autos nº 1505/08 que tramita perante a 2ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Contudo, mesmo na remota hipótese de que ocorra o enquadramento do requerente para a carreira final F11 não poderá ser pago a diferença dos proventos. O artigo 1º, parágrafo 2º da Resolução nº 009/05 dispõe expressamente sobre o limite do nível de vencimentos dos servidores desta augusta Casa, os quais não poderão ser superior ao Nível E-7, posição em que se encontra o requerente.

Art. 1º Fica alterado o artigo 5º, da Resolução nº 007, de 31/08/04, que passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º O servidor, para ser enquadrado em carreira de nível superior, constante dos anexos I, II e IV, deverá preencher, na totalidade, os seguintes requisitos (...)

§ 2º O nível de vencimento do servidor no Grupo de Atividades de Assessoramento dos Anexos II, III e IV, à exceção de Consultor Técnico Legislativo, não poderá, no enquadramento, ser superior ao previsto no anexo V. Nível E-7, imposição cautelar para não comprometer o plano orçamentário-financeiro previsto para o exercício. (Grifo nosso)

Por força da Resolução 009/05 a solicitação do requerente não pode ser atendida por não haver a possibilidade jurídica do pedido, nos termos do artigo 267, IV do CPC.

Por fim deve ser ressaltado que em nenhum caso os proventos de inatividade poderão exceder a remuneração percebida de servidor em atividade, parágrafo 4º, do artigo 40 da CF.

Neste sentido, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná já decidiu:

Servidor público, proventos de aposentadoria-equivalência com os vencimentos alcance do princípio. O princípio da equivalência de vencimentos e proventos acarreta

a percepção, pelo aposentado, do mesmo quantum que percebia se em atividade estivesse (artigo 40, 4º, CF/88). Esse princípio, que de um lado, proporciona aos inativos os benefícios estendidos aos ativos, de outro, tem o alcance de limitar os proventos ao quantum seria percebido se o aposentado em atividades estivesse. Trata-se, pois, de preceito de dupla mão de direção, vale dizer, aos inativos se estendem aos mesmos benefícios concedidos aos ativos, mas nas mesmas condições em que a estes sejam estendidos, ou seja, também com as mesmas restrições. Assim, sendo vedada a percepção de vencimentos vinculados ou equiparados (artigo 37, inciso XIII), o mesmo ocorrerá com a percepção de vencimentos. (Grifo nosso)

Para todos os fundamentos expostos do presente parecer, salvo melhor entendimento, opina-se pelo indeferimento dos pedidos formulados pelo Sr. Sylvio Sebastiani.

Publique-se.

Curitiba, em 09/03/10.

(a) AYRTON COSTA LOYOLA
Procurador Geral

PARECER Nº 016/10

Interessado - Sylvio Sebastiani

Assunto - Solicitação de gratificação de 20% sobre DAS-4

Protocolo nº 1619/10

I - Sylvio Sebastiani, matrícula nº 0466, requer a concessão de gratificação fixa de vinte por cento (20%) do valor do cargo em comissão DAS-4, e pagamentos dos atrasados.

II - O pedido encontra-se informado pela Coordenação de Relações Trabalhistas, no sentido de ser funcionário estatutário, aposentado no cargo em comissão DAS-4, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa.

Juntou-se cópia de sua ficha funcional e fichas financeiras a partir de 2005.

III - Pelo exame desses documentos, verificamos que o interessado, a partir da modificação efetuada no Quadro desta Casa, em abril de 2005, passou a perceber proventos do seu cargo efetivo de Secretário de Comissão, NUE-7, *ex-officio*, por ser a melhor opção de remuneração.

Também verificamos que, a partir de então, a composição de seus proventos passou a incluir:

- 1 - gratificação de tempo de serviço;
- 2 - verba de representação;
- 3 - vencimento de inativo; e
- 4 - provento de comissão.

IV - Assim, consideramos que não encontra guarida seu pedido de acréscimo de vinte por cento (20%) de DAS-4, nem de atrasados, pois o requerente já o está recebendo a partir de 2005.

É o parecer, SMJ.
Gabinete da Procuradoria, em 08/03/10.
(a) NORMA DAL BIANCO DE ANDRADE
Consultor Jurídico

Despachos:

Ao Sr. Procurador Geral, para apreciação.
Em, 08/03/10.
(a) NORMA DAL BIANCO DE ANDRADE
Consultor Jurídico

I - De acordo com o Parecer nº 016/10, cuja decisões deverá ser publicada;

II - A consideração do Sr. Diretor.
Em, 08/03/10.

(a) AYRTON COSTA LOYOLA
Procurador Geral

Diretoria de Apoio Técnico

Minuta de Contrato

MINUTA DE CONTRATO

Protocolo 6522/09

Modalidade: Convite nº 053/09

Objeto: Fornecimento de açúcar.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: LBM Representações Comerciais Ltda.

Valor: R\$ 2,03 por quilograma.

Vigência: julho de 2009 à julho 2010.

Dotação: 3390.3007.

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO